



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
[www.camara-guaira.sp.gov.br](http://www.camara-guaira.sp.gov.br) | [camaraguaira@netsite.com.br](mailto:camaraguaira@netsite.com.br)  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **REQUERIMENTO Nº 45, DE 15 DE JUNHO DE 2026**

#### **SENHOR PRESIDENTE**

Os Vereadores abaixo assinados, representando o mínimo de 1/3 dos membros desta Casa de Leis, conforme o inciso I, letra b, do Artigo 140 do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência, após ouvir o Douto Plenário, que o seguinte Projeto tramite em regime de urgência especial:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 10/2026, DE AUTORIA DA MESA DA CÂMARA, QUE CRIA O ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA;

#### JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de submeter à apreciação dos Nobres Pares desta Casa de Leis o requerimento acima, que requer a tramitação em regime de urgência do projeto supracitado.

A referida urgência especial é necessária para que o disposto nos projeto em pauta entre em vigor o mais breve possível, possibilitando a continuidade de consultor contratado para a realização de diagnóstico do arquivo.

Sala Cap. José Custódio de Lélis e Silva, 15 de junho de 2026.



Guairá, 23 de abril de 2026.

**Ofício: 123/2026**

**Assunto: Projeto de Lei n° 33/2026**

*Excelentíssimo Senhor Presidente,*

Com nossos cordiais cumprimentos, submetemos à elevada apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei n° 33/2026, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2027.

Cumprir destacar que a presente proposta está sendo encaminhada dentro do prazo legalmente estabelecido, para análise e deliberação desse Poder Legislativo.

Ressaltamos que sua elaboração observou rigorosamente todas as normas e exigências legais aplicáveis ao processo de planejamento orçamentário público. Dentre os principais diplomas legais que nortearam a sua construção, destacam-se:

- a) Os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;
- b) A Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964;
- c) A Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Além dessas normas, a proposta encontra-se plenamente alinhada às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), bem como às disposições da Lei Orgânica do Município.

Informamos, ainda, que o Anexo de Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, referente à LDO 2027, será encaminhado oportunamente, tendo em vista que a Avaliação Atuarial do exercício de 2025 ainda se encontra em fase de conclusão.

Certos de podermos contar com a habitual atenção e elevado espírito público de Vossa Excelência e dos ilustres pares, esperamos a aprovação do presente Projeto de Lei nos termos propostos.

Contando com o parecer favorável dos Nobres Vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação da presente matéria, nos termos do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Guairá.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

*Antonio Manoel da Silva Junior*  
*Prefeito*

*Excelentíssimo Senhor,*  
*Vereador Jorge Uatanabi do Prado*  
*Presidente da Câmara Municipal – Guairá/SP*



## **PROJETO DE LEI Nº 33 DE 23 DE ABRIL DE 2026**

*“Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2027 e dá outras providências.”*

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA APROVA:**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes orçamentárias do Município de Guairá, Estado de São Paulo, relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

- I - As diretrizes para a elaboração e execução do orçamento do Município, sua estrutura e organização, e de suas eventuais alterações;
- II - As prioridades e metas da administração pública municipal;
- III - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- IV - As disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais; e
- V - As disposições gerais.

**Parágrafo único.** Integram a presente Lei as metas e riscos fiscais, as prioridades e metas da administração pública municipal, e outros demonstrativos, constantes dos Anexos respectivos.

#### **CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

##### **Seção I DAS DIRETRIZES GERAIS**

**Art. 2º** - A elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus fundos e entidades da administração direta e indireta, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 2000, observando-se os seguintes objetivos principais:

- I - Combater a desigualdade e promover a cidadania e a inclusão social;
- II - Garantir a oferta da educação infantil e do ensino fundamental;
- III - Dar apoio aos estudantes carentes, de prosseguirem seus estudos no ensino médio e superior;
- IV - Promover o desenvolvimento do Município e o crescimento econômico;



V - Reestruturação e reorganização dos serviços administrativos, buscando maior eficiência de trabalho e de arrecadação;

VI - Assistência à criança e ao adolescente;

VII - Melhoria da infraestrutura urbana.

VIII - Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatorial à população carente, através do Sistema Único de Saúde.

**Art. 3º** - O Projeto de Lei Orçamentária será elaborado em conformidade com as diretrizes fixadas nesta Lei, com o Plano Plurianual 2026-2029, com o artigo 165, §§ 5º, 6º, 7º, e 8º, da Constituição Federal, com a Lei federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, assim como em conformidade com a Lei Complementar federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

**§ 1º** - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - O orçamento fiscal;

II - O orçamento da seguridade social.

**§ 2º** - O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a receita em anexo próprio e de acordo com a classificação constante do Anexo I - Natureza da Receita - da Portaria Interministerial n° 163, de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

**§ 3º** - O orçamento fiscal e da seguridade social, discriminará a despesa com relação à sua natureza no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa modalidade de aplicação e elemento econômico, de acordo com o que dispõe o artigo 15 da Lei Federal n° 4.320, de 1964.

**§ 4º** - Caso o projeto de lei do orçamento seja elaborado por sistema de processamento de dados, deverá o Poder Executivo disponibilizar acesso aos dados do programa respectivo aos técnicos do Poder Legislativo para que estes possam processar eventuais alterações ocasionadas pela apresentação de emendas e devidamente aprovadas.

## **Seção II**

### **DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS**

**Art. 4º** - A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2.027 obedecerá às seguintes disposições:

I - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores e metas;

II - Cada projeto com a mesma finalidade de outros já existentes deverá observar o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária;



III - As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar também o mesmo código, independentemente da unidade orçamentária;

IV - A alocação dos recursos na Lei Orçamentária será efetuada de modo a possibilitar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo;

V - Na estimativa da receita considerar-se-á a tendência do presente exercício e o incremento da arrecadação decorrente das modificações na legislação tributária;

VI - As receitas e despesas serão orçadas segundo os preços vigentes em julho de 2026;

VII - Somente serão incluídos novos projetos, desde que devidamente atendidos aqueles em andamento, com a previsão de dotações orçamentárias suficientes para o seu atendimento, bem como contempladas as despesas de conservação com o patrimônio público;

VIII - Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica deverão ser utilizados exclusivamente para o atendimento do objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 1º - Os projetos a serem incluídos na lei orçamentária anual poderão conter previsão de execução por etapas, devidamente definidas nos respectivos cronogramas físico-financeiros.

§ 2º - A proposta orçamentária deverá contemplar superávit orçamentário, mesmo que parcial, para liquidar, ainda que progressivamente, eventuais déficits financeiros resultantes de exercícios anteriores.

§ 3º - Constará da proposta orçamentária a estimativa do impacto para os três exercícios seguintes, que caracterizem renúncia de receita, por incentivo fiscal, isenção de impostos, descontos do IPTU e remissão parcial da dívida ativa decorrente de multas e juros da dívida ativa inscrita.

**Art. 5º** - Para atendimento do disposto nos artigos anteriores, as unidades orçamentárias dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como das entidades da administração indireta, encaminharão ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal suas propostas parciais até o dia 31 de julho de 2026.

§ 1º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o ano em curso, considerados os acréscimos ou supressões, ocasionados por créditos adicionais, ressalvados os casos de aumento ou diminuição dos serviços a serem prestados.

**Art. 6º** - A Lei Orçamentária Anual não poderá prever receitas de operações de crédito com montante superior ao das despesas de capital, excluídas aquelas por antecipação de receita orçamentária.



**Art. 7º** - A Lei Orçamentária Anual deverá conter reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Parágrafo único.** A reserva de contingência será de no mínimo 0,50% da Receita Corrente Líquida apurada no final do exercício anterior.

**Art. 8º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, até o limite de 10% da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

**Art. 9º** - Os auxílios, subvenções e contribuições, termo de fomento, termo de colaboração ou acordo de cooperação, estarão submetidos às regras da Lei Federal n° 4.320, de 1.964 e da Lei Federal n° 13.019, de 2.014, devendo ainda as entidades atender ao que segue:

I - Atendimento direto e gratuito ao público;

II - Certificação junto ao respectivo Conselho Municipal ou Estadual;

III - Aplicação na atividade-fim de, ao menos, 80% da receita total;

IV - Compromisso de franquear, na internet, demonstrativo mensal de uso do recurso municipal transferido, nos moldes da Lei Federal 12.527, de 2011.

V - Prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos, devidamente avalizada pelo controle interno e externo.

VI - Salário dos dirigentes inferior ao do subsídio do Prefeito.

§ 1º - Haverá manifestação prévia e expressa da assessoria jurídica e do controle interno da Prefeitura, após visita ao local.

§ 2º - A destinação de recursos para entidades privadas terá por base, exclusivamente, em unidades de serviços prestados.

**Art. 10** - É vedada a concessão de qualquer forma de repasses a entidades cujos dirigentes sejam agentes políticos municipais, ou que mantenham, em nome da entidade beneficiada, quaisquer outros vínculos contratuais com o Município.

**Art. 11** - O custeio, pelo Poder Executivo Municipal, de despesas de competência do Estado, e da União, somente poderá ocorrer:

I - Caso se refira às ações de competência comum dos referidos entes da Federação, previstas no art. 23 da Constituição Federal;

II - Se houver autorização expressa em lei específica, detalhando o seu objeto;

III - Se for objeto de celebração de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres.



**Art. 12** - As despesas de publicidade e propaganda serão destacadas em específica categoria programática, sob denominação que permita sua clara identificação.

### **Seção III DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO**

**Art. 13** - Até trinta dias após a aprovação do orçamento, o Poder Executivo deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º - As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto que os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º - A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

**Art. 14** - Caso ocorra frustração das metas de arrecadação da receita, comprometendo o equilíbrio entre a receita e a despesa ou mesmo as metas de resultados, será fixada a limitação de empenho e da movimentação financeira.

§ 1º - A limitação de que trata este artigo será fixada de forma proporcional à participação dos Poderes Legislativo e Executivo no total das dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária de 2.027 e de seus créditos adicionais.

§ 2º - A limitação terá como base percentual de redução proporcional ao déficit de arrecadação e será determinada por unidades orçamentárias.

§ 3º - A limitação de empenho e da movimentação financeira será determinada pelos Chefes do Poder Legislativo e Executivo, dando-se, respectivamente, por ato da mesa e por decreto.

§ 4º - Não serão objeto de limitação de que trata este artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal, as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as elencadas abaixo:

I – Alimentação escolar;

II- Atenção à saúde da população;

III – Pessoal e encargos sociais;

IV – Preservação do Patrimônio Público, conforme prevê o disposto no Art. 45, da Lei Complementar n° 101/2000;

V – Sentenças judiciais;



VI – Projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

VII – Inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**Art. 15** - O Poder Legislativo, por ato da mesa, deverá estabelecer até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2.027, o cronograma anual de desembolso mensal para pagamento de suas despesas.

**Parágrafo único.** O cronograma de que trata este artigo contemplará as despesas correntes e de capital, levando-se em conta os dispêndios mensais para o alcance dos objetivos de seus programas.

**Art. 16** - Para efeito de exclusão das normas aplicáveis à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa, considera-se despesa irrelevante, aquela cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite dos incisos I e II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Art. 17** - Os atos relativos à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício tributário que importem em renúncia de receita deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, devendo estar acompanhados do demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro a que se refere o seu Art. 14.

**Parágrafo único.** Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos cujos montantes sejam inferiores aos dos respectivos custos de cobrança, bem como eventuais descontos para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano.

### **CAPÍTULO III DAS PRIORIDADES E METAS**

**Art. 18** - As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2.027 são as especificadas no Anexo de Prioridades e Metas, que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2.027 e na sua execução.

**Parágrafo único.** Acompanha esta Lei, demonstrativo das ações relativas a despesas obrigatórias de caráter continuado de ordem legal ou constitucional, nos termos do art. 9º, § 2º, da Lei Complementar federal nº 101, de 2000.

### **CAPÍTULO IV DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 19** - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;



II - Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;

III - Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;

IV - Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V - Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.

§ 1º – A Prefeitura Municipal poderá conceder desconto para pagamento antecipado, de tributo municipal, em parcela única, até o limite de 10% (dez por cento) por tributo lançado, nos termos do Código Tributário Municipal vigente.

§ 2º - O principal da dívida mobiliária refinanciada será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A PESSOAL E ENCARGOS**

**Art. 20** - O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de carreira e salários, incluindo:

I - Concessão, absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores;

II - Criação, ocupação e a extinção de cargos, empregos e funções;

III – Criação e alteração na estrutura de cargos, carreiras e salários;

IV - O provimento de empregos e contratações emergenciais estritamente necessárias, respeitada a legislação vigente;

**Parágrafo único.** As alterações autorizadas neste artigo dependerão da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

**Art. 21** - O total da despesa com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo no mês, somada com a dos onze meses imediatamente anteriores, apuradas ao final de cada quadrimestre, não poderá exceder o limite máximo de 60% (sessenta por cento), assim dividido:

I - 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;

II - 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.



§ 1º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo não serão computadas as despesas:

I - De indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - Relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior de que trata o "caput" deste artigo;

IV - Com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas com recursos provenientes:

a) Da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) Da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

c) Das demais receitas diretamente arrecadadas pelo fundo vinculado à previdência municipal.

§ 2º - Se a despesa de pessoal exceder o limite prudencial de 51,30% para o Executivo e 5,7% para o Legislativo, são vedados ao Poder ou órgão que houver incorrido no excesso:

I – Concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual;

II – Criação de cargo, emprego ou função;

III – Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - Contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade, devidamente comprovada.

§ 3º - Não alcançada a redução da despesa de pessoal, as seguintes medidas poderão ser adotadas:

I – Exoneração de servidores ocupantes de cargos ou empregos em comissão;

II – Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.



## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 22** - Os repasses mensais de recursos financeiros ao Poder Legislativo serão realizados de acordo com o cronograma anual de desembolso mensal de que trata o art. 13 desta Lei, respeitado o limite máximo estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal de 1988.

§ 1º - Caso a Lei Orçamentária de 2.027 tenha contemplado ao Poder Legislativo dotações superiores ao limite máximo previsto no caput deste artigo, aplicar-se-á a limitação de empenho e da movimentação financeira, para o ajuste ao limite.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do previsto no § 1º, deverá o Poder Executivo comunicar o fato ao Poder Legislativo, no prazo de até noventa dias após o início da execução orçamentária respectiva.

§ 3º - No caso da não elaboração do cronograma anual de desembolso mensal, os recursos financeiros serão repassados à razão de um doze avos por mês, aplicados sobre o total das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo, respeitado, em qualquer caso, o limite máximo previsto na Constituição Federal.

**Art. 23** - Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 24** - O Poder Executivo poderá prever na Lei Orçamentária para 2.027, transferência financeira para o Departamento de Esgoto e Água de Guairá – DEAGUA para cobertura de déficit financeiro da entidade.

**Art. 25** - Caso o projeto de lei orçamentária não seja devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa, conforme determina o disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a sua programação poderá ser executada na proporção de um doze avos do total da despesa orçada.

**Art. 26** - As prioridades e indicadores por programas e os programas, metas e ações desta Lei poderão ser revistas no momento de elaboração do plano plurianual, o PPA 2026-2029.

**Parágrafo Único.** Por ação de governo, a revisão de que trata o caput será descrita em anexo que acompanhará o plano plurianual 2026-2029.

**Art. 27** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Guairá, 23 de abril de 2026.

*Antonio Manoel da Silva Junior*  
*Prefeito*

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO  
DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DAS PENSÕES E INATIVOS MILITARES**  
2027

Ano LDO: 2027

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS**

**FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022
<b>RECEITAS CORRENTES(I)</b>	51.230.345,09	65.704.048,28	39.816.529,64
Receita de Contribuições dos Segurados	13.846.460,47	13.028.293,23	8.457.431,11
Ativo	13.143.465,86	12.400.304,20	8.097.952,04
Inativo	660.863,14	589.424,25	334.009,66
Pensionista	42.131,47	38.564,78	25.469,41
Receita de Contribuições Patronais	14.551.765,59	14.995.413,63	11.273.617,27
Ativo	14.551.765,59	14.995.413,63	11.273.617,27
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.678.956,40	19.959.486,25	3.684.974,91
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.678.956,40	19.959.486,25	3.684.974,91
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.153.162,63	17.720.855,17	16.400.506,35
Compensação Financeira entre os Regimes	5.576.193,74	1.794.940,96	600.571,03
Aportes Periódicos Amort Déficit Atuarial (II)	14.555.309,67	15.918.201,36	15.791.873,66
Demais Receitas Correntes	21.659,22	7.712,85	8.061,66
<b>RECEITAS DE CAPITAL(III)</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(IV) = (I + III - II)</b>	<b>36.675.035,42</b>	<b>49.785.846,92</b>	<b>24.024.655,98</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2024	2023	2022
<b>Benefícios</b>	36.725.614,67	34.464.992,35	8.064.943,77
Aposentadorias	29.531.558,22	28.186.309,04	2.220.842,44
Pensões por Morte	7.194.056,45	6.278.683,31	5.844.101,33
Outras Despesas Previdenciárias	11.032,92	16.908,92	709.092,63
Compensação Financeira entre os Regimes	11.032,92	16.908,92	24.839,86
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	684.252,77
<b>TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)</b>	<b>36.736.647,59</b>	<b>34.481.901,27</b>	<b>8.774.036,40</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)</b>	<b>-61.612,17</b>	<b>15.303.945,65</b>	<b>15.250.619,58</b>

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2024	2023	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2024	2023	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPP:	2024	2023	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	14.555.309,67	15.918.201,36	15.791.873,66
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS ( FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO )	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	671,05	367.762,57	6.173,86
Investimentos e Aplicações	409.571.263,82	341.819.857,49	314.542.672,76
Outro Bens e Direitos	275.025.168,57	2.069.282,24	1.569.386,66

**FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2024	2023	2022
<b>RECEITAS CORRENTES(VII)</b>	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00

Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL(VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2024	2023	2022
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS ( FUNDO EM REPARTIÇÃO )	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

#### ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2024	2023	2022
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2024	2023	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.150.889,51	823.565,57	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	712.336,30	692.300,39	0,00
Demais Despesas Correntes	438.553,21	131.265,18	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	10.550,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	1.150.889,51	834.115,57	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	-1.150.889,51	-834.115,57	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2024	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

#### BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2024	2023	2022
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2024	2023	2022
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

#### PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	PLANO PREVIDENCIÁRIO		SALDO ANTERIOR	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00

2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO	RECEITA	DESPESA	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIA	PREVIDENCIÁRIA	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	<b>PLANO FINANCEIRO</b>			<b>SALDO ANTERIOR</b>
				0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00

2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00	0,00
2100	0,00	0,00	0,00	0,00



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
2027

**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014/0001-59 Telefone: (17)3332-5100  
Av. Gabriel Garcia Leal, 676 - CEP: 14790-000  
Guairá - Estado de São Paulo  
**Departamento de Contabilidade**

Especificação	2025							
	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação Valor (c)=(b-a)	Variação % (c/a)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	292.223.060,00	0,00 %	106,63 %	298.143.582,87	0,00 %	108,79 %	5.920.522,87	2,03 %
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)	289.743.160,00	0,00 %	105,72 %	294.699.641,95	0,00 %	107,53 %	4.956.481,95	1,71 %
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	264.392.423,47	0,00 %	96,47 %	272.288.334,17	0,00 %	99,35 %	7.895.910,70	2,99 %
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(II)	261.070.061,73	0,00 %	95,26 %	264.576.614,40	0,00 %	96,54 %	3.506.552,67	1,34 %
Receita Total (COM FONTES RPPS)	17.286.800,00	0,00 %	6,31 %	22.168.495,28	0,00 %	8,09 %	4.881.695,28	28,24 %
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)	15.121.800,00	0,00 %	5,52 %	19.489.538,88	0,00 %	7,11 %	4.367.738,88	28,88 %
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	39.840.045,00	0,00 %	14,54 %	37.533.672,14	0,00 %	13,70 %	-2.306.372,86	-5,79 %
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)	39.840.045,00	0,00 %	14,54 %	37.533.672,14	0,00 %	13,70 %	-2.306.372,86	-5,79 %
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	28.673.098,27	0,00 %	10,46 %	30.123.027,55	0,00 %	10,99 %	1.449.929,28	5,06 %
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)=(III-IV)	-24.718.245,00	0,00 %	-9,02 %	12.078.894,29	0,00 %	4,41 %	36.797.139,29	-148,87 %
Dívida Pública Consolidada (DC)	3.482.654,62	0,00 %	1,27 %	4.631.136,92	0,00 %	1,69 %	1.148.482,30	32,98 %
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	10.118.760,31	0,00 %	3,69 %	-35.860.216,17	0,00 %	-13,08 %	-45.978.976,48	-454,39 %
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	30.119.998,27	0,00 %	10,99 %	32.585.645,14	0,00 %	11,89 %	2.465.646,87	8,19 %

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO AUXILIAR  
**DESPESAS OBRIGATÓRIAS**  
2027

Ano LDO: 2027

DESCRIÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS DÍVIDA FUNDADA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MANUTENÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL, INDUSTRIAL E TURÍSTICO MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DO AGRONEGOCIO E MEIO AMBIENTE MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS ESPORTIVOS E SOCIAIS MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS CULTURAIS MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS HABITACIONAIS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
2027

Ano LDO: 2027

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2027	2028	2029	
CIP	Isenção	Famílias de baixa renda	108.690,00	112.799,00	117.468,88	Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais. Renúncia já considerada na estimativa da receita, nos termos do art. 14, inciso I, da LC nº 101, de 04/05/2000, não afetando as metas de resultados fiscais.
TAXAS	Isenção	Entidades filantrópicas sem fins lucrativos	59.780,00	62.039,00	64.607,41	
IPTU	Isenção	Aposentados, pessoas carentes e portadores de doenças graves	380.416,00	394.796,00	411.140,55	
TAXAS	Isenção	Templos de qualquer culto	21.738,00	22.560,00	23.493,98	
MULTAS E JUROS DE TARIFAS	Anistia	Água e esgoto	35.446,00	36.786,00	38.308,94	
MULTAS E JUROS DO ISS	Anistia	Contribuintes prestadores de serviços	108.690,00	112.799,00	117.468,88	
MULTAS E JUROS DO IPTU	Anistia	Contribuintes proprietários de imóveis no município	163.036,00	169.198,00	176.202,80	
MULTA E JUROS OUTRAS RECEITAS	Anistia	Demais contribuintes do município	86.952,00	90.239,00	93.974,89	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
2027

Ano LDO: 2027

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

REGIME NORMAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	41.472.890,75	0,00	41.472.890,75	0,00	41.472.890,75	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	123.225.965,30	0,00	126.867.035,61	0,00	153.456.427,19	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>164.698.856,05</b>	<b>0,00</b>	<b>168.339.926,36</b>	<b>0,00</b>	<b>194.929.317,94</b>	<b>0,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	27.988.456,49	0,00	27.988.456,49	0,00	27.988.456,49	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-112.086.208,89	0,00	-95.529.222,08	0,00	-155.949.044,57	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>-84.097.752,40</b>	<b>0,00</b>	<b>-67.540.765,59</b>	<b>0,00</b>	<b>-127.960.588,08</b>	<b>0,00</b>



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**  
2027

**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014/0001-59 Telefone: (17)3332-5100  
Av. Gabriel Garcia Leal, 676 - CEP: 14790-000  
Guairá - Estado de São Paulo  
**Departamento de Contabilidade**

EVENTOS	VALOR (R\$)
Aumento Permanente da Receita	R\$ 12.520.947,54
(-) Transferências Constitucionais	R\$ -0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	R\$ -2.504.189,51
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	R\$ 10.016.758,03
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ 0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	R\$ 10.016.758,03
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ 7.283.741,37
Novas DOCC	R\$ 7.283.741,37
Novas DOCC geradas por PPP	R\$ 0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	R\$ 2.733.016,66



## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS

2027

## MUNICÍPIO DE GUAÍRAS

CNPJ: 48.344.014/0001-59 Telefone: (17)3332-5100

Av. Gabriel Garcia Leal, 676 - CEP: 14790-000

Guaira - Estado de São Paulo

Departamento de Contabilidade

Especificação	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	((a)/PIB)x100	((a)/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	((b)/PIB)x100	((b)/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	((c)/PIB)x100	((c)/RCL)x100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	311.176.940,00	299.640.770,34	17.287.607,78 %	82,40 %	325.386.860,00	314.079.980,69	16.269.343,00 %	81,99 %	338.109.920,00	329.863.336,59	16.905.496,00 %	82,05 %
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)	309.006.240,00	297.550.544,05	17.167.013,33 %	81,82 %	322.996.960,00	311.773.127,41	16.149.848,00 %	81,39 %	335.486.920,00	327.304.312,20	16.774.346,00 %	81,42 %
Receitas Primárias Correntes	309.006.240,00	297.550.544,05	17.167.013,33 %	81,82 %	322.996.960,00	311.773.127,41	16.149.848,00 %	81,39 %	335.486.920,00	327.304.312,20	16.774.346,00 %	81,42 %
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	60.991.000,00	58.729.898,89	3.388.388,89 %	16,15 %	65.022.500,00	62.763.030,89	3.251.125,00 %	16,38 %	68.263.900,00	66.598.926,83	3.413.195,00 %	16,57 %
Transferências Correntes	234.377.440,00	225.688.435,24	13.020.968,89 %	62,06 %	243.640.860,00	235.174.575,29	12.182.043,00 %	61,39 %	252.329.420,00	246.175.043,90	12.616.471,00 %	61,24 %
Demais Receitas Primárias Correntes	13.637.800,00	13.132.209,92	757.655,56 %	3,61 %	14.333.600,00	13.835.521,24	716.680,00 %	3,61 %	14.893.600,00	14.530.341,46	744.680,00 %	3,61 %
Receitas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	316.255.085,47	304.530.655,24	17.569.726,97 %	83,74 %	327.035.644,10	315.671.471,14	16.351.782,21 %	82,40 %	335.295.506,14	327.117.566,97	16.764.775,31 %	81,37 %
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(II)	307.984.702,23	296.566.877,45	17.110.261,23 %	81,55 %	318.540.830,29	307.471.843,91	15.927.041,51 %	80,26 %	326.960.401,76	318.985.757,81	16.348.020,09 %	79,35 %
Despesas Primárias Correntes	307.984.702,23	296.566.877,45	17.110.261,23 %	81,55 %	318.540.830,29	307.471.843,91	15.927.041,51 %	80,26 %	326.960.401,76	318.985.757,81	16.348.020,09 %	79,35 %
Pessoal e Encargos Sociais	159.756.098,64	153.833.508,56	8.875.338,81 %	42,30 %	165.507.318,19	159.756.098,64	8.275.365,91 %	41,70 %	169.645.001,14	165.507.318,19	8.482.250,06 %	41,17 %
Outras Despesas Correntes	148.228.603,59	142.733.368,89	8.234.922,42 %	39,25 %	153.033.512,10	147.715.745,28	7.651.675,61 %	38,56 %	157.315.400,62	153.478.439,63	7.865.770,03 %	38,18 %
Despesas Primárias de Capital	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	6.287.336,46	6.054.247,92	349.296,47 %	1,66 %	6.485.344,16	6.259.984,71	324.267,21 %	1,63 %	6.671.799,85	6.509.073,03	333.589,99 %	1,62 %
Receita Total (COM FONTES RPPS)	22.385.400,00	21.555.512,76	1.243.633,33 %	5,93 %	24.052.700,00	23.216.891,89	1.202.635,00 %	6,06 %	25.410.000,00	24.790.243,90	1.270.500,00 %	6,17 %
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)	22.357.300,00	21.528.454,50	1.242.072,22 %	5,92 %	24.027.500,00	23.192.567,57	1.201.375,00 %	6,05 %	25.384.400,00	24.765.268,29	1.269.220,00 %	6,16 %
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	34.815.109,63	33.524.419,48	1.934.172,76 %	9,22 %	36.068.436,82	34.815.093,46	1.803.421,84 %	9,09 %	36.970.162,12	36.068.450,85	1.848.508,11 %	8,97 %
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)	34.815.109,63	33.524.419,48	1.934.172,76 %	9,22 %	36.068.436,82	34.815.093,46	1.803.421,84 %	9,09 %	36.970.162,12	36.068.450,85	1.848.508,11 %	8,97 %
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)=(I-II)	1.021.537,77	983.666,61	56.752,10 %	0,27 %	4.456.129,71	4.301.283,50	222.806,49 %	1,12 %	8.526.518,24	8.318.554,38	426.325,91 %	2,07 %
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI)=(III-IV)	-11.436.271,86	-11.012.298,37	-635.348,44 %	-3,03 %	-7.584.807,12	-7.321.242,39	-379.240,36 %	-1,91 %	-3.059.243,88	-2.984.628,18	-152.962,19 %	-0,74 %
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	2.170.700,00	2.090.226,29	120.594,44 %	0,57 %	2.389.900,00	2.306.853,28	119.495,00 %	0,60 %	2.623.000,00	2.559.024,39	131.150,00 %	0,64 %
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	733.968,82	706.758,61	40.776,05 %	0,19 %	760.391,69	733.968,82	38.019,58 %	0,19 %	779.401,49	760.391,69	38.970,07 %	0,19 %
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.132.981,00	2.053.905,63	118.498,94 %	0,56 %	883.903,04	853.188,26	44.195,15 %	0,22 %	0,00	0,00	0,00 %	0,00 %
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-5.289.410,77	-5.093.318,03	-293.856,15 %	-1,40 %	-4.889.704,63	-4.719.792,11	-244.485,23 %	-1,23 %	-8.588.021,53	-8.378.557,59	-429.401,08 %	-2,08 %
Resultado Nominal (Sem RPPS) - Abaixo da Linha	2.458.268,96	2.367.134,29	136.570,50 %	0,65 %	6.085.638,01	5.874.167,97	304.281,90 %	1,53 %	10.370.116,75	10.117.187,08	518.505,84 %	2,52 %



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
2027

**MUNICÍPIO DE GUAIRÁ**  
CNPJ: 48.344.014/0001-59 Telefone: (17)3332-5100  
Av. Gabriel Garcia Leal, 676 - CEP: 14790-000  
Guairá - Estado de São Paulo  
**Departamento de Contabilidade**

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES															
	2023	2024	% 2024	2025	% 2025	2026	% 2026	2027	% 2027	2028	% 2028	2029	% 2029	2030	% 2030	
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	268.699.155,07	286.849.866,23	6,76%	298.143.582,87	3,94%	292.630.870,55	-1,85%	311.176.940,00	6,34%	325.386.860,00	4,57%	338.109.920,00	3,91%	352.203.560,00	4,17%	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	260.726.593,60	281.238.056,47	7,87%	294.699.641,95	4,79%	289.304.487,45	-1,83%	309.006.240,00	6,81%	322.996.960,00	4,53%	335.486.920,00	3,87%	349.328.860,00	4,13%	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	238.477.510,73	281.883.734,06	18,20%	272.288.334,17	-3,40%	305.318.180,66	12,13%	316.255.085,47	3,58%	327.035.644,10	3,41%	335.295.506,14	2,53%	343.266.677,16	2,38%	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	225.751.933,69	267.515.774,09	18,50%	264.576.614,40	-1,10%	297.270.567,01	12,36%	307.984.702,23	3,60%	318.540.830,29	3,43%	326.960.401,76	2,64%	335.604.144,04	2,64%	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	12.790.722,56	34.834.417,97	172,34%	22.168.495,28	-36,36%	22.137.141,78	-0,14%	22.385.400,00	1,12%	24.052.700,00	7,45%	25.410.000,00	5,64%	25.957.800,00	2,16%	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	9.105.747,65	14.874.931,72	63,36%	19.489.538,88	31,02%	22.103.945,24	13,41%	22.357.300,00	1,15%	24.027.500,00	7,47%	25.384.400,00	5,65%	25.936.600,00	2,18%	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	28.779.185,59	34.962.087,30	21,48%	37.533.672,14	7,36%	33.524.441,66	-10,68%	34.815.109,63	3,85%	36.068.436,82	3,60%	36.970.162,12	2,50%	37.894.430,98	2,50%	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	28.779.185,59	34.962.087,30	21,48%	37.533.672,14	7,36%	33.524.441,66	-10,68%	34.815.109,63	3,85%	36.068.436,82	3,60%	36.970.162,12	2,50%	37.894.430,98	2,50%	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	34.974.659,91	13.722.282,38	-60,77%	30.123.027,55	119,52%	-7.966.079,56	-126,45%	1.021.537,77	-112,82%	4.456.129,71	336,22%	8.526.518,24	91,34%	13.724.715,96	60,97%	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	15.301.221,97	-6.364.873,20	-141,60%	12.078.894,29	-289,77%	-19.386.575,98	-260,50%	-11.436.271,86	-41,01%	-7.584.807,12	-33,68%	-3.059.243,88	-59,67%	1.766.884,98	-157,76%	
Dívida Pública Consolidada(DC)	7.129.293,00	5.880.215,00	-17,52%	4.631.136,92	-21,24%	3.382.058,96	-26,97%	2.132.981,00	-36,93%	883.903,04	-58,56%	0,00	-100,00%	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-35.212.289,00	-314.535.710,00	793,26%	-35.860.216,17	-88,60%	-9.118.478,28	-74,57%	-5.289.410,77	-41,99%	-4.889.704,63	-7,56%	-8.588.021,53	75,63%	-17.524.904,37	104,06%	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	41.528.641,89	18.301.970,64	-55,93%	32.585.645,14	78,04%	-5.346.455,07	-116,41%	2.458.268,96	-145,98%	6.085.638,01	147,56%	10.370.116,75	70,40%	15.800.529,44	52,37%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES															
	2023	2024	% 2024	2025	% 2025	2026	% 2026	2027	% 2027	2028	% 2028	2029	% 2029	2030	% 2030	
Receita Total(EXCETO FONTES RPPS)	256.833.449,69	273.633.393,33	6,54%	285.961.617,95	4,51%	280.405.203,67	-1,94%	299.640.770,34	6,86%	314.079.980,69	4,82%	329.863.336,59	5,03%	352.203.560,00	6,77%	
Receitas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(I)	249.212.955,08	268.280.126,37	7,65%	282.658.394,35	5,36%	277.217.791,73	-1,92%	297.550.544,05	7,33%	311.773.127,41	4,78%	327.304.312,20	4,98%	349.328.860,00	6,73%	
Despesa Total(EXCETO FONTES RPPS)	227.946.387,62	268.896.054,62	17,96%	261.162.798,94	-2,88%	292.562.457,51	12,02%	304.530.655,24	4,09%	315.671.471,14	3,66%	327.117.566,97	3,63%	343.266.677,16	4,94%	
Despesas Primárias(EXCETO FONTES RPPS)(II)	215.782.769,73	255.190.092,62	18,26%	253.766.175,33	-0,56%	284.851.060,76	12,25%	296.566.877,45	4,11%	307.471.843,91	3,68%	318.985.757,81	3,74%	335.604.144,04	5,21%	
Receita Total(COM FONTES RPPS)	12.225.886,60	33.229.436,20	171,80%	21.262.704,09	-36,01%	21.212.286,11	-0,24%	21.555.512,76	1,62%	23.216.891,89	7,71%	24.790.243,90	6,78%	25.957.800,00	4,71%	
Receitas Primárias(COM FONTES RPPS)(III)	8.703.639,50	14.189.575,24	63,03%	18.693.208,21	31,74%	21.180.476,47	13,31%	21.528.454,50	1,64%	23.192.567,57	7,73%	24.765.268,29	6,78%	25.936.600,00	4,73%	
Despesa Total(COM FONTES RPPS)	27.508.302,04	33.351.223,22	21,24%	36.000.069,19	7,94%	32.123.842,15	-10,77%	33.524.419,48	4,36%	34.815.093,46	3,85%	36.068.450,85	3,60%	37.894.430,98	5,06%	
Despesas Primárias(COM FONTES RPPS)(IV)	27.508.302,04	33.351.223,22	21,24%	36.000.069,19	7,94%	32.123.842,15	-10,77%	33.524.419,48	4,36%	34.815.093,46	3,85%	36.068.450,85	3,60%	37.894.430,98	5,06%	
Resultado Primário(SEM RPPS) - Acima da Linha(V)=(I-II)	33.430.185,35	13.090.033,75	-60,84%	28.892.219,02	120,72%	-7.633.269,03	-126,42%	983.666,61	-112,89%	4.301.283,50	337,27%	8.318.554,38	93,40%	13.724.715,96	64,99%	
Resultado Primário(COM RPPS) - Acima da Linha(VI)=(V)+(III-IV)	14.625.522,82	-6.071.614,23	-141,51%	11.585.358,04	-290,81%	-18.576.634,71	-260,35%	-11.012.298,37	-40,72%	-7.321.242,39	-33,52%	-2.984.628,18	-59,23%	1.766.884,98	-159,20%	
Dívida Pública Consolidada(DC)	6.814.464,73	5.609.286,46	-17,69%	4.441.911,49	-20,81%	3.240.761,75	-27,04%	2.053.905,63	-36,62%	853.188,26	-58,46%	0,00	-100,00%	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida(DCL)	-33.657.320,78	-300.043.603,93	791,47%	-34.394.989,61	-88,54%	-8.737.522,31	-74,60%	-5.093.318,03	-41,71%	-4.719.792,11	-7,33%	-8.378.557,59	77,52%	-17.524.904,37	109,16%	
Resultado Nominal(SEM RPPS) - Abaixo da linha	39.694.744,69	17.458.714,72	-56,02%	31.254.215,56	79,02%	-5.123.088,41	-116,39%	2.367.134,29	-146,21%	5.874.167,97	148,16%	10.117.187,08	72,23%	15.800.529,44	56,18%	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
2027

Ano LDO: 2027

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	273.144,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	273.144,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	85.055,10	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	85.055,10	0,00	0,00
Investimentos	85.055,10	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2025 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)	2024 (h) = ((Ib - ILe) + IIIi)	2023 (i) = (Ic - IIIf)
VALOR(III)	188.088,90	273.144,00	273.144,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**  
2027

Ano LDO: 2027

ARF - Demonstrativo (LRF, art 4o, § 3º)

R\$ 1,00

<b>RISCOS FISCAIS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	500.000,00	<b>PASSIVOS CONTINGENTES</b>	500.000,00
Demandas Judiciais	500.000,00	Previsão Orçamentária	500.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>	7.015.000,00	<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>	7.015.000,00
Frustração de Arrecadação	2.000.000,00	Reserva de Contingência	2.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	15.000,00	Previsão Orçamentária	15.000,00
Discrepância de Projeções:	5.000.000,00	Limitação de Empenhos	5.000.000,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## PROGRAMA: 0001 FORTALECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

**Objetivo:** Garantir o fortalecimento institucional, transparência e eficiência legislativa, promovendo a participação cidadã e o acesso às informações públicas.

**Justificativa:** O programa visa promover transparência, eficiência e participação social no Poder Legislativo. Busca modernizar processos legislativos, capacitar vereadores e servidores, melhorar a infraestrutura e ampliar a participação cidadã, garantindo instituições públicas eficazes e responsáveis.

**Público Alvo:** População Geral

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:**

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
4.832.400,00

**Indicador:** Sessões legislativas realizadas

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
21	21	21	

**Indicador:** Audiências públicas realizadas

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
2	2	2	

## ODS

**Objetivo:** 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

**Meta:** 244 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

## PROGRAMA: 0002 GESTÃO ADMINISTRATIVA

**Objetivo:** Fortalecer a governança institucional por meio da modernização da gestão pública, promovendo a integração entre planejamento, monitoramento, avaliação e controle interno, assegurando transparência, eficiência administrativa e o cumprimento das metas governamentais.

**Justificativa:** A gestão pública moderna exige uma atuação estratégica, com foco em resultados, transparência e controle efetivo. A integração dos departamentos de Governo, Planejamento e Controle Interno no âmbito da Gestão Administrativa visa proporcionar sinergia entre o planejamento das ações, sua execução e o acompanhamento de seus resultados, fortalecendo a governança municipal. Além disso, busca-se garantir o uso racional dos recursos públicos, fomentar a cultura de planejamento estratégico e assegurar a conformidade com as normas de auditoria e controle.

**Público Alvo:** População Geral

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Diretores de Planejamento e Governo

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
7.819.800,00

**Indicador:** Grau de execução física e financeira das metas PPA

**Sigla:** %

**Descr.Uni.Medida:** PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
10	70	55	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Taxa de redução no volume de horas extras			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
10	20	15	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável			
<b>Meta:</b> 264 - aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável			
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
<b>Meta:</b> 248 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais			
<b>PROGRAMA: 0003 DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO</b>			
<b>Objetivo:</b> Assegurar a representação institucional, política e jurídica do Município junto aos demais entes federativos e órgãos de controle, promovendo a defesa dos interesses municipais e o fortalecimento da autonomia local.			
<b>Justificativa:</b> A atuação institucional do Poder Executivo Municipal junto aos demais entes da federação, aos órgãos de controle e às esferas do Poder Judiciário é fundamental para assegurar a defesa dos interesses administrativos, financeiros, políticos e jurídicos do Município. Diante da crescente complexidade das relações intergovernamentais e da necessidade de proteger a autonomia municipal, torna-se essencial a existência de um programa estruturado que viabilize a articulação política, a representação institucional e a atuação jurídica estratégica. O programa "Defesa dos Interesses do Município" visa justamente garantir que o Município esteja adequadamente representado e amparado em processos administrativos, judiciais e legislativos, além de permitir a construção de parcerias e a captação de recursos com órgãos federais, estaduais e entidades diversas. Sua execução fortalece a governança, contribui para a legalidade e a eficiência da gestão pública e potencializa os resultados dos programas finalísticos, ao assegurar s			
<b>Público Alvo:</b> Órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que demandam suporte jurídico, político ou institucional.			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Procuradoria Jurídica do Município			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b> <span style="float: right;">2027</span> 1.753.600,00			
<b>Indicador: Número de ações administrativas, judiciais ou extrajudiciais com atuação da Procuradoria ou do Execu</b>			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
200	280	225	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
<b>Meta:</b> 241 - Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos			
<b>PROGRAMA: 0004 SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL</b>			
<b>Objetivo:</b> Garantir a segurança dos cidadãos e do patrimônio público municipal, promovendo ações de prevenção, proteção e apoio à defesa nacional, em conformidade com a legislação vigente			
<b>Justificativa:</b> A segurança pública é um direito fundamental do cidadão e um dos pilares essenciais para o desenvolvimento social e econômico do município. A Guarda Civil Municipal, como órgão de proteção e vigilância local, exerce papel estratégico na prevenção de delitos, no apoio às forças de segurança estaduais e federais e na promoção da ordem pública. Este programa visa estruturar e fortalecer as ações da Guarda Civil Municipal, garantindo a proteção da população e dos bens públicos, além de colaborar com a defesa nacional sempre que solicitado, assegurando um ambiente seguro para a convivência comunitária			
<b>Público Alvo:</b> População residente e transitante no município; Bens e patrimônios públicos municipais; Entidades e espaços públicos atendidos pela Guarda Civil Municipal.			
<b>Estratégia:</b>			

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## Restrição:

Gestor: Comandante da Guarda Civil Municipal

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027  
11.069.600,00

<b>Indicador: Atendimento a todas as ocorrências</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
<b>Meta:</b> 239 - Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares			

## PROGRAMA: 0005 GESTÃO ADMINISTRATIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**Objetivo:** Fortalecer a capacidade institucional da administração municipal por meio da modernização dos processos de compras, otimização dos recursos logísticos e atualização da infraestrutura administrativa.**Justificativa:** A Diretoria de Compras enfrenta desafios comuns a municípios de pequeno porte, como baixa informatização, processos manuais e equipe reduzida. O aprimoramento da gestão de compras e a aquisição de equipamentos são essenciais para garantir maior eficiência, transparência e controle no uso dos recursos públicos, além de assegurar regularidade nos fluxos administrativos e atendimento das demandas dos diversos setores.**Público Alvo:** Órgãos da Administração Pública Municipal**Estratégia:****Restrição:**

Gestor: Diretora de Compras

CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027  
2.253.600,00

<b>Indicador: Redução de Compras Emergenciais</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
10	25	15	
<b>Indicador: Publicação de Editais 100% digitais</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
80	100	90	
<b>Indicador: Estímulo à Participação de MEIs, ME, EPPs e Cooperativas Locais</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
25	40	30	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis			
<b>Meta:</b> 207 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais			

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## ODS

**Objetivo:** 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

**Meta:** 244 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

## PROGRAMA: 0006 GESTÃO DE ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

**Objetivo:** Assegurar o cumprimento das obrigações financeiras do Município de Guaira/SP referentes a encargos gerais, como precatórios, parcelamentos previdenciários, encargos da dívida pública e outras obrigações não vinculadas diretamente às atividades finalísticas das secretarias.

**Justificativa:** A responsabilidade financeira com encargos gerais é imprescindível para garantir a regularidade fiscal e orçamentária do município, mantendo-se em conformidade com as determinações legais, especialmente a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e decisões judiciais. O pagamento tempestivo desses encargos preserva a credibilidade do município perante órgãos de controle, fornecedores e a sociedade. O programa viabiliza o adequado planejamento orçamentário de despesas obrigatórias que não podem ser interrompidas ou suspensas, mesmo em cenários de restrição financeira, assegurando o equilíbrio fiscal e a continuidade dos serviços públicos.

**Público Alvo:** Encargos Financeiros Públicos Diversos

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Contabilidade e Tesouraria

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
30.184.700,00

## Indicador: Pagamento de Encargos Financeiros Diversos do Município

**Sigla:** %

**Descr.Uni.Medida:** PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	

## PROGRAMA: 0007 GESTÃO FINANCEIRA, FISCAL E PATRIMONIAL INTEGRADA

**Objetivo:** Otimizar a administração dos recursos municipais através da modernização tecnológica, da integração de sistemas, da atualização cadastral, da capacitação de pessoal, do aprimoramento dos controles internos e da promoção da transparência e da justiça fiscal, garantindo a sustentabilidade financeira e a conformidade legal da Diretoria de Finanças.

**Justificativa:** Este programa visa modernizar e integrar os processos de gestão tributária, contábil, financeira e patrimonial do município, aumentando a eficiência, a transparência, a conformidade legal e a capacidade de arrecadação e controle dos recursos públicos, abrangendo as responsabilidades dos Departamentos de Tributação, Contabilidade, Tesouraria e Patrimônio.

**Público Alvo:** Municípes

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Diretor de Finanças

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
6.535.800,00

## Indicador: Qualidade da Informação Contábil - Ranking STN

**Sigla:** PT

**Descr.Uni.Medida:** PT

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
136679	138000	137250	

## Indicador: Variação Percentual da Receita Própria (descontada inflação)

**Sigla:** %

**Descr.Uni.Medida:** PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
0	10	5	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Redução de Alertas do TCE			
Sigla: UN			
Descr.Uni.Medida: UN			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
5	0	2	
Indicador: Atingir 95% de atualização e conciliação do cadastro patrimonial até 2029.			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
50	95	75	
ODS			
Objetivo: 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
Meta: 244 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis			
PROGRAMA: 0008 GERENCIAMENTO DE FROTAS			
Objetivo: Assegurar a operação eficiente e segura da frota pública municipal, com controle de custos, disponibilidade e conservação dos veículos e máquinas			
Justificativa: A frota municipal é um recurso estratégico para a execução de políticas públicas, especialmente nos serviços essenciais como saúde, obras e educação. A adequada gestão de frota reduz desperdícios, aumenta a vida útil dos veículos e garante a continuidade dos serviços prestados à população.			
Público Alvo: Frota Municipal			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor: Gestor da Frota Municipal			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2027	
		1.693.600,00	
Indicador: Taxa de disponibilidade média da frota para atendimento das demandas			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
70	100	80	
ODS			
Objetivo: 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis			
Meta: 207 - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais			
PROGRAMA: 0009 GESTÃO INTEGRADA E INOVADORA			
Objetivo: Modernizar a gestão pública municipal por meio da ampliação da infraestrutura tecnológica, da digitalização de processos e da oferta de serviços públicos eletrônicos.			
Justificativa: A transformação digital é essencial para aumentar a eficiência, a transparência e a acessibilidade dos serviços públicos. O Departamento de Informática atua diretamente na manutenção e evolução das plataformas tecnológicas, garantindo suporte técnico e inovação na gestão.			
Público Alvo: Órgãos da Administração Pública e População em Geral			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2027	
		2.167.600,00	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Índice de disponibilidade de serviços públicos online.			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
70	100	80	
ODS			
Objetivo: 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
Meta: 248 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais			
PROGRAMA: 0010 OBRAS E INFRAESTRUTURA URBANA			
Objetivo: Executar e manter obras públicas e estruturas municipais com qualidade, promovendo infraestrutura urbana adequada ao desenvolvimento local.			
Justificativa: A manutenção e ampliação da infraestrutura urbana são fundamentais para o atendimento às necessidades básicas da população e para o funcionamento das políticas públicas. Isso inclui vias públicas, prédios institucionais, iluminação e habitação popular.			
Público Alvo: Usuários de escolas, UBSs, Servidores, usuários dos serviços públicos			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027 8.081.300,00			
Indicador: Índice de manutenção preventiva em próprios públicos			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
2	8	4	
ODS			
Objetivo: 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Meta: 192 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das			
PROGRAMA: 0011 SEGURANÇA NO TRÂNSITO			
Objetivo: Organizar e gerenciar o trânsito municipal com foco na segurança viária, fluidez de tráfego e mobilidade urbana sustentável			
Justificativa: O crescimento da frota veicular exige um sistema de trânsito eficiente, seguro e com infraestrutura compatível com as necessidades urbanas. O gerenciamento do tráfego e a sinalização adequada contribuem para a redução de acidentes e a melhoria da mobilidade cotidiana			
Público Alvo: Condutores, pedestres, estudantes, motoristas e ciclistas			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027 977.500,00			
Indicador: Frequência de manutenção da sinalização viária			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	250	150	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

ODS			
<b>Objetivo:</b> 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
<b>Meta:</b> 121 - Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas			
PROGRAMA: 0012 MELHORIA DA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS			
<b>Objetivo:</b> Promover um ambiente urbano limpo, organizado e atrativo, contribuindo para o bem-estar da população, a valorização dos espaços coletivos e a preservação ambiental no município.			
<b>Justificativa:</b> A zeladoria municipal é responsável pela manutenção dos espaços públicos, que são essenciais para a convivência social, o lazer e a saúde coletiva. Muitas áreas urbanas enfrentam acúmulo de resíduos, degradação de praças e vegetação sem manejo adequado, impactando negativamente a qualidade de vida e o cenário urbano. O programa busca enfrentar essas carências com ações contínuas e planejadas.			
<b>Público Alvo:</b> População Geral			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Mário Carlos Nogueira Neto			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b>		<b>2027</b>	
		16.264.400,00	
Indicador: Percentual de demanda atendida dentro do prazo			
<b>Sigla:</b> %			
<b>Descr.Uni.Medida:</b> PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
70	85	75	
ODS			
<b>Objetivo:</b> 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
<b>Meta:</b> 197 - Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência			
ODS			
<b>Objetivo:</b> 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
<b>Meta:</b> 193 - Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para o planejamento e a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todos os países			
PROGRAMA: 0013 APOIO AO ENSINO SUPERIOR E PROFISSIONAL			
<b>Objetivo:</b> Auxiliar financeiramente alunos matriculados em cursos técnicos e superiores que comprovem necessitar de auxílio para pagamento do transporte rodoviário e auxiliar concedendo porcentagem de bolsa de estudo, após comissão avaliar o pedido e a documentação trazida pelo aluno no início de cada ano.			
<b>Justificativa:</b> Garantir aos alunos de baixa renda que tenham acesso aos cursos universitários trazendo benefícios e qualificação técnica ao município, formando profissionais gabaritados, formadores de opinião e qualificação.			
<b>Público Alvo:</b> Estudantes a partir do Ensino Médio			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Diretoria Municipal de Educação			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b>		<b>2027</b>	
		1.869.200,00	
Indicador: Ampliar número de concessão de auxílio financeiro ao estudantes de curso de nível técnico e superior			
<b>Sigla:</b> UND			
<b>Descr.Uni.Medida:</b> UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
953	1030	975	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## ODS

**Objetivo:** 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

**Meta:** 131 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

## PROGRAMA: 0014 EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

**Objetivo:** Garantir o acesso, a permanência e o aprendizado de qualidade para alunos, por meio da oferta estruturada da Educação infantil e Fundamental com foco na equidade e no desenvolvimento integral dos alunos.

**Justificativa:** A educação básica é o alicerce do desenvolvimento humano e social. O município, como responsável pela oferta da educação infantil e do ensino fundamental, deve assegurar estrutura adequada, transporte, alimentação, formação docente e apoio pedagógico contínuo.

**Público Alvo:** crianças e adolescentes

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Diretoria Municipal de Educação

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
74.723.100,00

**Indicador:** Ampliar quantidade de alunos transportados da área urbana e rural.

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
2110	2200	2160	

**Indicador:** Taxa de aprovação no ensino fundamental (1º a 5º anos)

**Sigla:** %

**Descr.Uni.Medida:** PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
96	99	97	

**Indicador:** Taxa de atendimento da população de 4 meses a 5 anos de idade na educação infantil

**Sigla:** %

**Descr.Uni.Medida:** PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	

## ODS

**Objetivo:** 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

**Meta:** 129 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

## PROGRAMA: 0015 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

**Objetivo:** OFERECER ALIMENTAÇÃO DE QUALIDADE A TODAS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO, DE ACORDO COM A FAIXA ETÁRIA E O TEMPO DE PERMANÊNCIA DOS MESMOS NA ESCOLA. PARA CADA FAIXA ETÁRIA E TEMPO DE PERMANÊNCIA SERÃO OFERECIDAS QUANTIDADES DE NUTRIENTES DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO VIGENTE.

**Justificativa:** ALUNOS BEM ALIMENTADOS TÊM UM RENDIMENTO ESCOLAR MELHOR, A ALIMENTAÇÃO TAMBÉM É UM FATOR QUE EVITA A EVASÃO ESCOLAR EM MUITAS COMUNIDADES E CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E COGNITIVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

**Público Alvo:** CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Cristiane Junqueira Prata

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
6.471.800,00

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

<b>Indicador: Fornecimento de alimentação escolar nos dias letivos</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
98	100	99	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
<b>Meta:</b> 108 - Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano			
<b>PROGRAMA: 0016 PROMOÇÃO DA CULTURA</b>			
<b>Objetivo:</b> Fomentar o acesso à cultura, promovendo a valorização da identidade local e a democratização das manifestações artísticas e culturais.			
<b>Justificativa:</b> O fortalecimento cultural é essencial para preservar o patrimônio imaterial, estimular a criatividade e reforçar os laços sociais. O Departamento de Cultura atua na manutenção de equipamentos culturais, incentivo a eventos e apoio a artistas locais, respondendo à demanda por acesso e diversidade cultural no município.			
<b>Público Alvo:</b> Crianças, Adolescentes, Adultos e Melhor Idade			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b>			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b> <span style="float: right;">2027 2.688.400,00</span>			
<b>Indicador: Atividades culturais financiadas com recursos públicos</b>			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
1	3	1	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
<b>Meta:</b> 194 - Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo			
<b>PROGRAMA: 0017 DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO</b>			
<b>Objetivo:</b> Impulsionar a economia local por meio da valorização do potencial turístico, promovendo eventos e estruturas que atraíam visitantes e gerem renda.			
<b>Justificativa:</b> O turismo representa um vetor relevante de dinamização econômica, especialmente em pequenos municípios com atrativos naturais, históricos ou culturais. A promoção de eventos e a estruturação do setor turístico visam gerar oportunidades para o comércio, serviços e a economia criativa.			
<b>Público Alvo:</b> Municípios e turistas			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b>			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b> <span style="float: right;">2027 843.300,00</span>			
<b>Indicador: Diversidade de eventos turísticos realizados e apoiados por ano</b>			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
14	18	15	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## ODS

**Objetivo:** 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

**Meta:** 169 - Até 2030, conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

## PROGRAMA: 0018 ESPORTE E LAZER

**Objetivo:** Garantir o acesso da população às práticas esportivas e de lazer como instrumentos de inclusão social, saúde e desenvolvimento comunitário.

**Justificativa:** A prática regular de atividades físicas contribui para a saúde pública, a integração social e a formação cidadã. O município, por meio de seu departamento de esportes, atua tanto na manutenção de estruturas quanto na promoção de eventos que atendam a diferentes faixas etárias e públicos.

**Público Alvo:** Crianças, adolescentes, adultos e melhor idade.

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:**

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
3.865.900,00

## Indicador: Variedade de modalidades esportivas

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
12	15	13	

## Indicador: Participação em eventos esportivos públicos

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
5	8	6	

## Indicador: Aquecimento de piscinas públicas

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
1	3	2	

## ODS

**Objetivo:** 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

**Meta:** 119 - Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis (DNTs) por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

## PROGRAMA: 0019 GESTÃO SUSTENTÁVEL DO RPPS

**Objetivo:** Garantir a sustentabilidade financeira, transparência e eficiência administrativa do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos, assegurando o pagamento regular e integral dos benefícios previdenciários e fortalecendo a confiança dos servidores no sistema de previdência municipal.

**Justificativa:** O programa visa assegurar a gestão eficiente e transparente do RPPS municipal, promovendo a sustentabilidade atuarial, a regularidade no pagamento de benefícios e o cumprimento da legislação previdenciária. A implementação de processos de governança, auditoria, capacitação e informatização contribui para instituições públicas mais confiáveis e responsáveis, alinhando-se ao ODS 16, meta 16.6, e fortalecendo a proteção social dos servidores municipais.

**Público Alvo:** Servidores Públicos Municipais e Pensionistas.

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Gestor do Fundo Municipal de Previdência

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
57.018.900,00

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Benefícios previdenciários pagos em dia			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	
Indicador: Relatórios de transparência publicados			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
4	4	4	
Indicador: Servidores capacitados em gestão previdenciária			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
5	10	5	
Indicador: Aderência ao plano de custeio e metas atuariais			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	
ODS			
Objetivo: 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
Meta: 244 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis			
PROGRAMA: 0020 SANEAMENTO BASICO			
Objetivo: MANTER O ACESSO DA POPULAÇÃO, DE MANEIRA INTEGRAL, AO CONJUNTO DE TODAS AS ATIVIDADES E COMPONENTES DOS DIVERSOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.			
Justificativa: PROMOVER ATRAVÉS DO SANEAMENTO BÁSICO A MELHORIA: DA QUALIDADE DE VIDA, DA SAÚDE PÚBLICA E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.			
Público Alvo: TODOS USUARIOS DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BASICO NA ZONA URBANA E RURAL DO MUNICIPIO			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor: Lucas Eleodoro			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027 24.400.000,00			
Indicador: Distribuição de água tratada			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	
ODS			
Objetivo: 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos			
Meta: 148 - Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos			
PROGRAMA: 0021 GESTÃO DO SUS			
Objetivo: Assegurar a governança eficiente do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, por meio do fortalecimento			

**DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO**

institucional, da modernização administrativa e da qualificação da gestão, promovendo impactos positivos na coordenação e nos resultados dos serviços de saúde ofertados à população.

**Justificativa:** O programa fundamenta-se na responsabilidade institucional da Diretoria Municipal da Saúde em organizar, coordenar e controlar a execução das políticas públicas de saúde. A modernização da gestão é necessária para enfrentar desafios como o aumento da demanda por serviços, a complexidade administrativa do SUS e a necessidade de eficiência na aplicação dos recursos. A carência de estruturas adequadas e ferramentas tecnológicas modernas afeta diretamente a capacidade de resposta e a qualidade da gestão.

**Público Alvo:** População geral (municípios e trabalhadores da saúde).

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Cervantes da Silva Garcia

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
2.369.900,00

Indicador: Proporção de despesas com saúde executadas dentro dos limites constitucionais			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
23	25	23	
ODS			
Objetivo: 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
Meta: 123 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			

**PROGRAMA: 0022 VIGILANCIA EM SAUDE**

**Objetivo:** Proteger e promover a saúde da população por meio da vigilância contínua de riscos sanitários, ambientais, epidemiológicos e de doenças, garantindo respostas rápidas, prevenção eficaz e controle de agravos no território municipal.

**Justificativa:** A vigilância em saúde é uma das bases estruturantes do SUS, sendo essencial para o enfrentamento de riscos coletivos e para a prevenção de agravos. O município carece de estrutura técnica e operacional adequada para cumprir de forma integral essa função. As ações previstas visam ampliar a capacidade de detecção, análise e resposta às situações de risco, considerando as especificidades locais, como surtos, epidemias, vulnerabilidades ambientais e condições sanitárias precárias.

**Público Alvo:** População em geral

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Wilker Gléria de Oliveira

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
4.850.400,00

Indicador: Cobertura de Inspeções Sanitárias realizadas/novos estabelecimentos a serem licenciados (%)			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
80	100	90	
ODS			
Objetivo: 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
Meta: 128 - Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais à saúde			

**PROGRAMA: 0023 PROMOÇÃO DO CONTROLE DE ZOOSE E PROTEÇÃO ANIMAL**

**Objetivo:** Reduzir riscos sanitários e promover o bem-estar da população animal no município por meio de ações permanentes de controle de zoonoses, manejo ético populacional e cuidados com animais em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a saúde coletiva e a qualidade ambiental em territórios com infraestrutura pública limitada.

**Justificativa:** Municípios de pequeno porte frequentemente enfrentam dificuldades para estruturar políticas públicas de controle animal e prevenção de zoonoses, agravadas pela capilaridade reduzida dos serviços e pela ausência de centros de acolhimento. O crescimento descontrolado da população animal e a presença de animais em situação de rua geram riscos à saúde pública, ao meio ambiente e à segurança da população. Além disso, a legislação vigente e apontamentos de órgãos de controle exigem a correta alocação dessas ações fora da função saúde, demandando um

**DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO**

programa próprio que atenda a essa realidade de forma técnica e regular.

**Público Alvo:** Animais e População em Geral

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:**

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
1.524.500,00

Indicador: Monitoramento das agressões e acidentes com animais			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
80	90	85	
ODS			
<b>Objetivo:</b> 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
<b>Meta:</b> 118 - Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
ODS			
<b>Objetivo:</b> 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade			
<b>Meta:</b> 231 - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas			
PROGRAMA: 0024 ATENÇÃO BÁSICA - ASSISTENCIA EM SAÚDE			
<b>Objetivo:</b> Promover a saúde preventiva e o cuidado integral à população por meio da estruturação da Atenção Básica, fortalecendo os serviços de saúde da família, atenção primária à saúde, vigilância em saúde e ações comunitárias.			
<b>Justificativa:</b> A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do SUS, sendo responsável por resolver a maior parte das demandas de saúde. Este programa busca garantir acesso universal, cuidado integral, contínuo e territorializado. O fortalecimento das unidades básicas e equipes de saúde da família é decisivo para a redução de internações evitáveis e o aumento da qualidade de vida da população.			
<b>Público Alvo:</b> População em geral			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Monique Dias Ribeiro			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b> 2027 27.493.100,00			
Indicador: Cobertura da Estratégia de Saúde da Família no município.			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
90	100	95	
ODS			
<b>Objetivo:</b> 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
<b>Meta:</b> 123 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
PROGRAMA: 0025 ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA			
<b>Objetivo:</b> Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Média Complexidade no município, garantindo atenção especializada em saúde consultas ambulatoriais, exames diagnósticos, saúde bucal e suporte hospitalar, com foco na integralidade do cuidado.			
<b>Justificativa:</b> A Assistência Especializada é essencial para complementar a atenção básica e resolver casos de maior complexidade, tendo em vista que a dificuldade de acesso a especialistas, à odontologia especializada, exames mais complexos e serviços hospitalares comprometem o cuidado integral ao paciente.			

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

**Público Alvo:** População geral**Estratégia:****Restrição:****Gestor:** Franciene Lucas**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
56.298.200,00

<b>Indicador: Proporção de consultas especializadas realizadas por encaminhamentos recebidos</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
70	85	75	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo: 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</b>			
<b>Meta: 123 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</b>			

**PROGRAMA: 0026 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA****Objetivo:** Garantir o acesso contínuo e racional a medicamentos e insumos essenciais, promovendo o uso seguro, eficaz e eficiente, contribuindo para a integralidade do cuidado no SUS.**Justificativa:** A assistência farmacêutica é um componente estratégico da atenção à saúde, com impacto direto nos desfechos clínicos e na qualidade de vida da população. Alguns desafios como desabastecimento, falta de controle informatizado e baixa adesão ao tratamento, evidenciam a necessidade de estruturação e manutenção de uma política eficaz de medicamentos. A ação busca assegurar regularidade no fornecimento, qualificar a dispensação e melhorar a gestão do setor.**Público Alvo:** População geral**Estratégia:****Restrição:****Gestor:****CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
6.878.200,00

<b>Indicador: Percentual de usuários do SUS que receberam todos os medicamentos padronizados prescritos</b>			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
80	90	85	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo: 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades</b>			
<b>Meta: 123 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos</b>			

**PROGRAMA: 0027 GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Objetivo:** Garantir a estrutura administrativa, técnica e operacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no município, garantindo a gestão qualificada, transparente e participativa da política de assistência social.**Justificativa:** A gestão administrativa da Política de Assistência Social é elemento fundamental para garantir a efetividade, continuidade e qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Investir na gestão administrativa é assegurar que toda a rede socioassistencial funcione com qualidade, ampliando o alcance das ações junto às famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade, fortalecendo a proteção social no território.**Público Alvo:** Unidades Socioassistenciais**Estratégia:****Restrição:****Gestor:** Aparecida Ferreira dos Santos**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

1.084.000,00

Indicador: Manutenção do número de unidades Socioassistenciais com estruturas adequadas.			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
14	14	14	
ODS			
Objetivo: 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Meta: 103 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
PROGRAMA: 0028 PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA			
Objetivo: Assegurar a proteção social, a promoção da cidadania, a inclusão e o envelhecimento ativo da população idosa do município.			
Justificativa: Necessária para atender ao envelhecimento progressivo da população brasileira e garantir a proteção integral prevista no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). O envelhecimento saudável e digno exige políticas públicas que promovam autonomia, inclusão social, acesso à saúde, cultura, lazer, proteção contra violência, abandono e negligência. O Fundo Municipal do Idoso (FMI) é um instrumento estratégico de captação e destinação de recursos financeiros voltados à execução de programas e projetos que assegurem a melhoria da qualidade de vida da população idosa.			
Público Alvo: Pessoas idosas			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2027	
		263.400,00	
Indicador: Manutenção de projetos financiados pelo Fundo Municipal do Idoso.			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
1	1	1	
ODS			
Objetivo: 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles			
Meta: 182 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra			
PROGRAMA: 0029 PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			
Objetivo: Assegurar a proteção integral, o desenvolvimento saudável e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os princípios constitucionais.			
Justificativa: A previsão de programas e ações específicas para crianças e adolescentes é fundamental para assegurar o cumprimento do princípio constitucional da prioridade absoluta, previsto no artigo 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os recursos alocados no FMDCA viabilizam ações concretas de enfrentamento a violações de direitos, prevenção de situações de risco e promoção do protagonismo juvenil, fortalecendo a rede de proteção social e contribuindo para a redução de desigualdades.			
Público Alvo: Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade e risco social.			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:		2027	
		604.700,00	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

<b>Indicador: Manutenção dos projetos financiados pelo Fundo da Criança e do Adolescente</b>			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
1	1	1	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis			
<b>Meta:</b> 240 - Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças			

<b>PROGRAMA: 0030 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO</b>			
<b>Objetivo:</b> Garantir a efetividade da gestão municipal do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, assegurando cobertura, qualidade no atendimento e acompanhamento das famílias beneficiárias.			
<b>Justificativa:</b> O Cadastro Único é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, sendo porta de entrada para diversos programas sociais. O Programa Bolsa Família (PBF), enquanto política de transferência de renda, garante proteção social básica a milhares de famílias no município. Para sua efetividade, é necessária a manutenção de equipe técnica, equipamentos, sistemas, atendimento qualificado às famílias, além de atualização cadastral periódica. Assim, este programa visa estruturar, manter e qualificar o setor de gestão do Cadastro Único e do PBF, garantindo cobertura, eficiência e transparência.			
<b>Público Alvo:</b> Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Gestor Municipal do SUAS			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b>		<b>2027</b>	
		92.000,00	

<b>Indicador: Famílias cadastradas e atualizadas no CadÚnico</b>			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
3000	3300	3100	
<b>ODS</b>			
<b>Objetivo:</b> 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
<b>Meta:</b> 102 - reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais			

<b>PROGRAMA: 0031 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA</b>			
<b>Objetivo:</b> Ofertar de modo contínuo Serviços da Proteção Social Básica, prevenindo situações de vulnerabilidade e risco social e promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.			
<b>Justificativa:</b> A assistência social tem como um de seus objetivos a Proteção Social, sendo a Proteção Social Básica fundamental para a prevenção e atenuação da vulnerabilidade social, visando garantir o acesso a direitos e serviços essenciais, bem como a autonomia e o fortalecimento dos laços familiares e comunitários.			
<b>Público Alvo:</b> Famílias e indivíduos.			
<b>Estratégia:</b>			
<b>Restrição:</b>			
<b>Gestor:</b> Aparecida Ferreira dos Santos			
<b>CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:</b>		<b>2027</b>	
		6.697.700,00	

<b>Indicador: Manutenção dos Serviços Socioassistenciais ofertados.</b>			
Sigla: UND			
Descr.Uni.Medida: UNIDADE			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
4	4	4	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## ODS

**Objetivo:** 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

**Meta:** 103 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

## PROGRAMA: 0032 BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

**Objetivo:** Assegurar Serviços da Proteção Social Especial, de modo a contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

**Justificativa:** A assistência social tem como um de seus objetivos a Proteção Social, sendo a Proteção Social Especial destinada a proteger indivíduos e famílias em situação de risco, violência e violação de direitos. Ela visa garantir a assistência social especializada, a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, e a prevenção do agravamento de situações de vulnerabilidade.

**Público Alvo:** Famílias e indivíduos.

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Aparecida Ferreira dos Santos

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
6.732.800,00

## Indicador: Serviços Socioassistenciais ofertados

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
9	10	9	

## ODS

**Objetivo:** 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

**Meta:** 103 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

## PROGRAMA: 0033 SEGURANÇA DE RENDA

**Objetivo:** Assegurar a proteção social por meio da garantia de segurança de renda às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, promovendo o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida.

**Justificativa:** O município apresenta significativa parcela da população em situação de vulnerabilidade e risco social, demandando políticas públicas voltadas à garantia de renda mínima, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à superação da pobreza. A segurança de renda constitui eixo estruturante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e deve ser garantida por meio de benefícios socioassistenciais e ações complementares de acompanhamento familiar e inclusão social.

**Público Alvo:** Famílias em situação de vulnerabilidade social

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:**

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
104.500,00

## Indicador: Número de famílias beneficiárias

**Sigla:** UN.

**Descr.Uni.Medida:** UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
400	400	400	

## ODS

**Objetivo:** 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

**Meta:** 103 - Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social apropriados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

## PROGRAMA: 0034 FORTALECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

**Objetivo:** Fortalecer o crescimento econômico local através de incentivo à atividade empresarial, apoio ao empreendedorismo, fortalecer a economia solidária e articulação com setores produtivos.

**Justificativa:** Fortalecer o crescimento econômico local através de incentivo à atividade empresarial, apoio ao empreendedorismo, fortalecer a economia solidária e articulação com setores produtivos.

**Público Alvo:** Empreendedores e trabalhadores do município.

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:**

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
4.957.800,00

## Indicador: Número de empresas formais ativas no município

Sigla: UN.

Descr.Uni.Medida: UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
4980	5075	5030	

## Indicador: Taxa de crescimento da economia local (PIB)

Sigla: %

Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
1	2	1,5	

## Indicador: Saldo do número de vagas de empregos criadas.

Sigla: UN.

Descr.Uni.Medida: UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
303	400	350	

## ODS

**Objetivo:** 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

**Meta:** 162 - Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra

## PROGRAMA: 0035 AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**Objetivo:** Promover o fortalecimento sustentável da produção agropecuária local e garantir a segurança alimentar da população por meio do estímulo ao agronegócio, ao abastecimento e à infraestrutura de apoio ao produtor rural e, também por meio de apoio técnico, incentivo e valorização da Agricultura Familiar.

**Justificativa:** O Departamento da Agricultura é responsável pelo apoio técnico, logístico e estrutural ao setor agropecuario do município. A atividade agrícola predominante na economia local, carece de políticas públicas de incentivo, infraestrutura de apoio e modernização. A atuação eficaz do poder público nesse setor é fundamental para o desenvolvimento econômico rural. Assim como, manutenção das Estradas Rurais, onde temos aproximadamente 800 km, influenciando na geração de renda e logística de transporte.

**Público Alvo:** Agronegócio do Município

**Estratégia:**

**Restrição:**

**Gestor:** Elynês Salomão Antonelli

**CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA:** 2027  
3.210.200,00

## Indicador: Quantidade de produtores beneficiados com ações de apoio ou incentivo.

Sigla: UN.

Descr.Uni.Medida: UN.

Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
80	100	80	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Nível de adesão a práticas de agricultura sustentável e orgânica - Agricultura Familiar			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
30	45	35	
ODS			
Objetivo: 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Meta: 110 - Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos			
ODS			
Objetivo: 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos			
Meta: 163 - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas,			
PROGRAMA: 0036 GESTÃO AMBIENTAL			
Objetivo: Preservar a biodiversidade, promover a educação ambiental e implementar políticas de sustentabilidade que integrem crescimento urbano e conservação dos recursos naturais.			
Justificativa: Competência institucional: fiscalização, licenciamento gestão de unidades de conservação, parques ecológicos e zoológico.			
Público Alvo: Alunos de escolas estaduais e municipais/visitantes do zoológico/municípios de guaira e região			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027 5.784.400,00			
Indicador: Quantidade de árvores plantadas			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
2000	5000	3500	
Indicador: Resíduos coletados			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	100	100	
Indicador: Realização de projetos ambientais			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
10	20	20	
Indicador: Número de espécies ameaçadas mantidas no zoo			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
5	7	5	

## DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO

Indicador: Índice de redução de multas ambientais			
Sigla: %			
Descr.Uni.Medida: PORCENTAGEM EXECUTADA			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
10	10	10	
ODS			
Objetivo: 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos			
Meta: 214 - Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação global do clima, adaptação, redução de impacto, e alerta precoce à mudança do clima			
ODS			
Objetivo: 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade			
Meta: 231 - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, estancar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas			
PROGRAMA: 0037 FORTALECIMENTO DAS AÇÕES SOCIAIS DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE			
Objetivo: Promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações de apoio, capacitação e geração de renda.			
Justificativa: O Fundo Social de Solidariedade do Município de Guaíra/SP é uma instituição estratégica para o desenvolvimento de políticas públicas de assistência social, atuando no combate à pobreza e na promoção da cidadania. A crescente demanda por programas de qualificação profissional, distribuição de itens de primeira necessidade e ações de solidariedade exige o fortalecimento das ações do Fundo para garantir atendimento eficiente e humanizado às famílias em situação de risco social.			
Público Alvo: População Geral			
Estratégia:			
Restrição:			
Gestor:			
CUSTOS ESTIMADOS PARA O PROGRAMA: 2027 381.200,00			
Indicador: Número de famílias atendidas por programas de apoio social.			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
50	60	52	
Indicador: Número de pessoas capacitadas em cursos de geração de renda.			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
70	85	75	
Indicador: Gestantes atendidas com orientações e palestras.			
Sigla: UN.			
Descr.Uni.Medida: UN.			
Índice Recente	Índice Futuro	Previsão da Evolução dos Indicadores por Exercício	
		2027	
100	115	105	
ODS			
Objetivo: 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
Meta: 117 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para			

**DESCRIÇÃO DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS/METAS/CUSTOS PARA O EXERCÍCIO****ODS**

**Objetivo:** 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

**Meta:** 139 - Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

**ODS**

**Objetivo:** 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

**Meta:** 181 - Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

**TOTAL DOS PROGRAMAS:**

<b>2027</b>	
394.841.500,00	



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guairá - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaira.sp.gov.br secretaria@guaira.sp.gov.br



Guairá, 07 de maio de 2026.

**Ofício: 140/2026**

**Assunto: Projeto de Lei nº 37/2026**

***Excelentíssimo Senhor Presidente,***

Com os nossos cumprimentos encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial, nos termos do Inciso II do artigo 41 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 13.238,25 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Propomos o presente projeto de lei solicitando autorização/criação de dotação para aquisição equipamentos e materiais permanentes para o CAPS com recursos do exercício anterior da emenda nº 19970022 do Deputado Vicentinho.

Contando com o parecer favorável dos Nobres Vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação da presente matéria, nos termos do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Guairá.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

***Antonio Manoel da Silva Junior***  
***Prefeito***

***Excelentíssimo Senhor,***  
***Vereador Jorge Uatanabi do Prado***  
***Presidente da Câmara Municipal – Guairá/SP***



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guairá - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaira.sp.gov.br secretaria@guaira.sp.gov.br



## **PROJETO DE LEI Nº 37 DE 07 DE MAIO DE 2026**

*“Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências.”*

### **A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA APROVA:**

**Artigo 1º** - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$13.238,25 distribuídos as seguintes dotações:

01	11 05	DEPARTAMENTO DA ASSISTENCIA ESPECIALIZADA	
10.302.0025.2046.0000		Assistência Especializada	
4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.238,25
95		TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores	
800		017 TRANSF EQUIPAMENTOS - EMENDA 19970022/22	

**Artigo 2º** - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

01	11 04	DEPARTAMENTO DA ATENCAO BASICA	
10.301.0024.2041.0000		Atenção Básica - Assistencia em Saúde	
4.4.90.52.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-13.238,25
95		TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores	
800		017 TRANSF EQUIPAMENTOS - EMENDA 19970022/22	
			<b>-13.238,25</b>

**Artigo 3º** - Ocorrendo insuficiência de saldo nas dotações constantes do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a promover sua suplementação até o limite estipulado no art. 6º da Lei nº 3.334, de 27 de novembro de 2.025, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guairá para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências”.

**Artigo 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guairá, 07 de maio de 2026.

*Antonio Manoel da Silva Junior*  
**Prefeito**



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guairá - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaira.sp.gov.br secretaria@guaira.sp.gov.br



Guairá, 20 de maio de 2026.

**Ofício: 152/2026**

**Assunto: Projeto de Lei nº 39/2026**

*Excelentíssimo Senhor Presidente,*

Com os nossos cumprimentos encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial, nos termos do Inciso II do artigo 41 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Propomos o presente projeto de lei solicitando autorização/criação de dotação para despesas de custeio na Atenção Básica do Dep. de Saúde, como a aquisição de material de consumo e material para distribuição gratuita com a utilização de recursos da Emenda Parlamentar nº 202690600004 do Deputado Guilherme Derrite.

Contando com o parecer favorável dos Nobres Vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação da presente matéria, nos termos do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Guairá.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

***Antonio Manoel da Silva Junior***  
***Prefeito***

***Excelentíssimo Senhor,***  
***Vereador Jorge Uatanabi do Prado***  
***Presidente da Câmara Municipal – Guairá/SP***



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guaíra - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaيرا.sp.gov.br secretaria@guaيرا.sp.gov.br



## PROJETO DE LEI Nº 39 DE 20 DE MAIO DE 2026

*“Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências.”*

### A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA APROVA:

**Artigo 1º** - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$100.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

01 11 04 DEPARTAMENTO DA ATENCAO BASICA

10.301.0024.2041.0000	Atenção Básica - Assistencia em Saúde	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
800 046	INCREM.CUSTEIO-AT.BAS-EMENDA-90600004/26	

10.301.0024.2041.0000	Atenção Básica - Assistencia em Saúde	
3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	70.000,00
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	
800 046	INCREM.CUSTEIO-AT.BAS-EMENDA-90600004/26	

**Artigo 2º** - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

**Excesso:** **100.000,00**

**Artigo 3º** - Ocorrendo insuficiência de saldo nas dotações constantes do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a promover sua suplementação até o limite estipulado no art. 6º da Lei nº 3.334, de 27 de novembro de 2.025, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guaíra para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências”.

**Artigo 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaíra, 20 de maio de 2026.

*Antonio Manoel da Silva Junior*  
*Prefeito*



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guairá - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaira.sp.gov.br secretaria@guaira.sp.gov.br



Guairá, 20 de maio de 2026.

**Ofício: 153/2026**

**Assunto: Projeto de Lei nº 40/2026**

***Excelentíssimo Senhor Presidente,***

Com os nossos cumprimentos encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre abertura de crédito adicional especial, nos termos do Inciso II do artigo 41 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$10.395,30 (Dez mil, trezentos e noventa e cinco reais e trinta centavos).

Propomos o presente projeto de lei solicitando autorização/criação de dotação para despesas com aquisição de material de consumo e material permanente para o Dep. de Proteção Básica da Diretoria de Assistência, Desenvolvimento e Inclusão Social com a utilização de saldo de recursos dos exercícios anteriores da Emenda Parlamentar nº 202237170001 do Deputado Marcio Alvino.

Contando com o parecer favorável dos Nobres Vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação da presente matéria, nos termos do artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Guairá.

Na oportunidade, reiteramos a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

***Antonio Manoel da Silva Junior***  
***Prefeito***

***Excelentíssimo Senhor,***  
***Vereador Jorge Uatanabi do Prado***  
***Presidente da Câmara Municipal – Guairá/SP***



## PROJETO DE LEI Nº 40 DE 20 DE MAIO DE 2026

*"Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências."*

### A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA APROVA:

**Artigo 1º** - Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$10.395,30 distribuídos as seguintes dotações:

01 12 02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0031.2055.0000	Bloco de Proteção Social Básica	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.736,45
95	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores	
800 020	TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001	

01 12 02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0031.2055.0000	Bloco de Proteção Social Básica	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	186,69
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS	
800 020	TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001	

01 12 02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0031.2055.0000	Bloco de Proteção Social Básica	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.264,64
95	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores	
800 020	TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001	

01 12 02 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO BÁSICA E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0031.2055.0000	Bloco de Proteção Social Básica	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	207,52
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS	
800 020	TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001	

**Artigo 2º** - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

**Excesso:** **394,21**

Anulação:

01 12 03 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0032.2056.0000	Bloco de Proteção Social Especial	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-5.264,64
95	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores	
800 020	TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001	



**MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
CNPJ: 48.344.014.0001/59 Fone: (017) 3332-5100  
Guaíra - Estado de São Paulo  
Paço Municipal “Messias Cândido Faleiros”  
Av. Gabriel Garcia Leal nº 676 - CEP - 14.790-000  
www.guaira.sp.gov.br secretaria@guaira.sp.gov.br



01 12 03 DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO SOCIAL

08.245.0032.2056.0000 Bloco de Proteção Social Especial  
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO -4.736,45  
95 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS-exercícios anteriores  
800 020 TRANSF. FNAS EMENDA 202237170001

**-10.001,09**

**Artigo 3º** - Ocorrendo insuficiência de saldo nas dotações constantes do crédito adicional especial de que trata o art. 1º, fica o Poder Executivo autorizado a promover sua suplementação até o limite estipulado no art. 6º da Lei nº 3.334, de 27 de novembro de 2.025, que “Estima a receita e fixa a despesa do Município de Guaíra para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências”.

**Artigo 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaíra, 20 de maio de 2026.

*Antonio Manoel da Silva Junior*  
*Prefeito*



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá SP | 14790-000  
www.camaraguaira.com.br | camaraguaira@gmail.com  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **PROJETO DE LEI N.º 04 DE 27 DE MAIO DE 2.026.**

**Dispõe sobre a suplementação de dotações orçamentárias.**

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIRA – APROVA:**

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal de Guairá autorizada a proceder a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

#### **CÂMARA MUNICIPAL.**

01 01 – SECRETARIA DA CÂMARA.

01 031 0001 2001 – MANUTENÇÃO CÂMARA MUNICIPAL.

3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO R\$ 30.000,00

3.3.90.40 SERVIÇOS DE TEC. INF. E COMUNIC. R\$ 135.000,00

3.3.90.39 OUTROS SERV. TERCEIROS – P.J. R\$ 50.000,00

TOTAL. R\$ 215.000,00

Parágrafo Único – O crédito aberto por este artigo será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

#### **CÂMARA MUNICIPAL.**

01 01 – SECRETARIA DA CÂMARA.

01 031 0001 2001 – MANUTENÇÃO CÂMARA MUNICIPAL.

3.1.90.11 VENCIMENTOS VANT. FIX. PESS. CIVIL R\$ 215.000,00

TOTAL. R\$ 215.000,00

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guairá, 27 de maio de 2.026.

**Jorge Uatanabi do Prado**  
Presidente

**José Pugliesi de Oliveira Neto**  
1º Secretário



## **Câmara Municipal de Guairá** **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá SP | 14790-000  
www.camaraguaira.com.br | camaraguaira@gmail.com  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

Justificativa.  
(faz).

Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, o incluso Projeto de lei, que suplementa verba do orçamento vigente, com o objetivo de suprir as necessidades do legislativo referente à dotação de material de consumo, serviços de tecnologia da informação e comunicação, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Contando com a atenção dos nobres pares, subscrevemo-nos.

**Jorge Uatanabi do Prado**  
Presidente

**José Pugliesi de Oliveira Neto**  
1º Secretário



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá SP | 14790-000  
www.camaraguaira.com.br | camaraguaira@gmail.com  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **PROJETO DE LEI Nº 05 DE 28 DE MAIO DE 2.026.**

**Dispõe sobre a suplementação de dotações orçamentárias.**

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIRA - APROVA.**

Artigo 1º - Fica a Câmara Municipal de Guairá autorizada a proceder a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) destinado à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

#### **CÂMARA MUNICIPAL.**

01 01 – SECRETARIA DA CÂMARA.

01 031 0001 2001 – MANUTENÇÃO CÂMARA MUNICIPAL.

3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES R\$ 120.000,00

TOTAL. R\$ 120.000,00

Parágrafo Único – O crédito aberto por este artigo será coberto com recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

#### **CÂMARA MUNICIPAL.**

01 01 – SECRETARIA DA CÂMARA.

01 031 0001 2001 – MANUTENÇÃO CÂMARA MUNICIPAL.

3.1.90.11 VENCIMENTOS VANT. FIX. PESS. CIVIL R\$ 120.000,00

TOTAL. R\$ 120.000,00

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Guairá, 28 de maio de 2.026.

**Jorge Uatanabi do Prado**  
Presidente

**José Pugliesi de Oliveira Neto**  
1º Secretário



## **Câmara Municipal de Guairá** **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá SP | 14790-000  
[www.camaraguaira.com.br](http://www.camaraguaira.com.br) | [camaraguaira@gmail.com](mailto:camaraguaira@gmail.com)  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

Justificativa.  
(faz).

Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, o incluso Projeto de lei, que suplementa verba do orçamento vigente, com o objetivo de suprir as necessidades do legislativo referente às dotações de despesas de exercícios anteriores.

Contando com a atenção dos nobres pares, subscrevemo-nos.

**Jorge Uatanabi do Prado**  
Presidente

**José Pugliesi de Oliveira Neto**  
1º Secretário



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

Guairá, 15 de junho de 2026

Assunto – Justificativa  
Projeto de Resolução n. 10/2026

Submetemos à apreciação deste Egrégio Plenário o presente Projeto de Resolução, que tem por finalidade instituir e disciplinar a organização do Arquivo Público da Câmara Municipal de Guairá, estabelecendo normas para a gestão, classificação, avaliação, guarda, preservação e eliminação dos documentos produzidos ou recebidos no exercício das atividades administrativas e legislativas desta Casa de Leis.

Nesse sentido, a proposição estabelece critérios objetivos para a identificação dos documentos correntes, intermediários e permanentes, bem como prevê a elaboração do Plano de Classificação de Documentos e da Tabela de Temporalidade de Documentos, instrumentos técnicos destinados a definir a forma de organização do acervo, os respectivos prazos de guarda e a destinação final de cada série documental.

Ao mesmo tempo, o projeto regulamenta a eliminação segura e responsável dos documentos desprovidos de valor permanente, condicionando-a à prévia avaliação técnica, ao cumprimento dos prazos estabelecidos na Tabela de Temporalidade, à elaboração de listagem específica e à publicação de Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, garantindo publicidade, transparência e a possibilidade de manifestação dos interessados.

A instituição da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso igualmente representa importante avanço administrativo, uma vez que caberá a esse órgão multidisciplinar orientar a identificação, classificação e avaliação dos documentos, colaborar com os procedimentos de transferência, recolhimento e eliminação, além de auxiliar na proteção de informações sigilosas e pessoais e na implementação da política de acesso à informação.

A proposta alcança, ainda, os documentos arquivísticos eletrônicos, adequando a estrutura administrativa da Câmara Municipal às novas formas de produção, tramitação e armazenamento de informações, sem afastar a necessidade de preservação, autenticidade, integridade e controle do acervo digital.

Além de observar as diretrizes da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Arquivos — CONARQ, a regulamentação contribuirá para a racionalização dos procedimentos internos, a redução de custos de armazenamento, a segurança das informações, a transparência administrativa e a efetivação do direito de acesso aos documentos públicos.

Diante do exposto, contamos com o apoio e a aprovação dos Nobres Pares.

Jorge Uatanabi do Prado  
Presidente

José Pugliesi de Oliveira Neto  
1º Secretário



# **Câmara Municipal de Guaíra**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guaíra-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 15 DE JUNHO DE 2026**

Dispõe sobre a organização do Arquivo da Câmara Municipal de Guaíra, sobre o Plano de Classificação de Documento, a Tabela de Temporalidade de Documentos e dá outras providências.

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIRA APROVA:**

##### **CAPÍTULO I**

##### **Da Organização do Arquivo e Gestão de Documentos**

Art. 1º Fica constituído como Arquivo Público da Câmara Municipal de Guaíra o acervo de documentos produzidos e recebidos no exercício das atividades administrativas e legislativas, vinculado às atribuições da Divisão Legislativa da Câmara Municipal.

§1º Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, classificação, avaliação, tramitação, uso, arquivamento e reprodução, que assegura a racionalização e a eficiência dos arquivos.

§2º É dever da Câmara Municipal, por meio da Secretaria, através do Setor de Protocolo, Processo e Documentação, a gestão de documentos como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.

Art. 2º A Secretaria assegurará a efetivação dos procedimentos relacionados ao Arquivo Público, visando:

I - formular a política de gestão de documentos e acompanhar a sua implantação no âmbito do órgão, de acordo com a determinação prevista na Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, normas e resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Arquivo Público - CONARQ;

II - estabelecer e divulgar diretrizes e normas de gestão e preservação de documentos;

III - garantir o acesso às informações e documentos do seu acervo, observadas as restrições legais aplicáveis;

IV - coordenar a elaboração de Planos de Classificação e de Tabelas de Temporalidade de Documentos da Câmara, que deverão ser publicados e regulamentados através de Ato da Mesa Diretora;

V - assegurar a gestão, preservação e controle dos documentos sob sua custódia;

VI - cumprir os prazos estabelecidos nas Tabelas de Temporalidades de Documentos, coordenar a eliminação daqueles desprovidos de valor e garantir a preservação dos documentos de valor histórico, probatório e informativo;



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

VII - autorizar as eliminações de documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Câmara, desprovidos de valor permanente, em conformidade com a legislação aplicável, com base na Tabela de Temporalidade publicada através de Ato da Mesa Diretora;

VIII - propor programas de ação educativa, social e editorial destinados a estreitar o vínculo da instituição com a comunidade e com vistas à recuperação da memória coletiva e às pesquisas sobre a história do Município a partir do acervo sob sua guarda;

IX - acompanhar e contribuir no desenvolvimento de programas de informatização e na gestão eletrônica de documentos.

Art. 3º Ao Arquivo Público da Câmara Municipal de Guairá ficam vinculados tecnicamente todos os arquivos e protocolos do órgão, sem prejuízo de subordinação administrativa, com o objetivo de:

I - assegurar a gestão sistêmica de documentos e informações, inclusive de documentos digitais;

II - agilizar o acesso aos documentos e informações;

III - assegurar a preservação de documentos que encerram valor histórico, probatório e informativo;

IV - promover a integração das atividades nos diversos setores da Câmara Municipal.

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Documentos de Arquivo**

Art. 4º São documentos de arquivo todos os registros de informação, em qualquer suporte, inclusive o magnético ou óptico, produzidos, recebidos ou acumulados pela Câmara Municipal de Guairá.

Parágrafo único. A Câmara Municipal de Guairá garantirá o acesso aos documentos de arquivo, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§1º. Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§2º. Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

§3º. Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

Art. 6º Os documentos de arquivo, em razão de seus valores, podem ter guarda temporária ou guarda permanente, observados os seguintes critérios:

I - são documentos de guarda temporária aqueles que, esgotados os prazos de guarda na unidade produtora podem ser eliminados sem prejuízo para a coletividade ou memória da Câmara Municipal de Guairá.

II - são documentos de guarda permanente aqueles que, esgotados os prazos de guarda, devem ser preservados, por força das informações neles contidas, para a eficácia da ação legislativa e administrativa, como prova, garantia de direitos ou fonte de pesquisa.

### **CAPÍTULO III**

#### **Do Plano de Classificação de Documentos**

Art. 7º O Plano de Classificação de Documentos é o instrumento utilizado para classificar todo e qualquer documento de arquivo.

Parágrafo único. Entende-se por classificação de documentos a sequência das operações técnicas que visam a agrupar os documentos de arquivo relacionando-os à função, subfunção e atividade responsável por sua produção, recebimento ou acumulação.

Art. 8º O Plano de Classificação de Documentos atribui para cada série documental um código numérico de classificação.

Parágrafo único. O código de classificação da série documental é a referência numérica que a associa ao seu contexto de produção, e é composto das seguintes unidades de informação:

- I - função;
- II - subfunção;
- III - atividade;
- IV - Documento.

Art. 9º O Plano de Classificação de Documentos será regulamentada e definido por meio de Ato da Mesa Diretora.

### **CAPÍTULO IV**

#### **Da Tabela de Temporalidade de Documentos**



# **Câmara Municipal de Guaíra**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guaíra-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

Art. 10º A Tabela de Temporalidade de Documentos é o instrumento resultante da avaliação documental, aprovado por autoridade competente, que define prazos de guarda e a destinação de cada série documental.

Parágrafo único. Entende-se por avaliação documental o processo de análise que permite a identificação dos valores dos documentos, para fins da definição de seus prazos de guarda e de sua destinação.

Art. 11. A Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal deve indicar para cada documento que compõe o Plano de Classificação, os prazos de guarda e a destinação dos documentos.

Art. 12. A Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal será regulamentada e definida por meio de Ato da Mesa Diretora.

§1º Entende-se por destinação a decisão decorrente da avaliação documental, que determina o seu encaminhamento.

§2º Será destinado para eliminação, após o cumprimento dos respectivos prazos de guarda, o documento que não apresentar valor que justifique sua guarda permanente.

§3º Será destinado para guarda permanente o documento que for considerado de valor histórico, probatório e informativo.

§4º Para cada série documental poderão ser registrados, a título de observações, os atos legais e as razões de natureza legislativa ou administrativa que fundamentaram a indicação dos prazos propostos ou ainda informações relevantes sobre a produção, guarda ou conteúdo do documento.

Art. 13. Para cada série documental deverá ser indicado o correspondente prazo de guarda, ou seja, o tempo de permanência de cada conjunto documental nos lugares indicados, a saber:

I - unidade produtora: deve ser indicado o número de anos em que o documento deverá permanecer no arquivo corrente, cumprindo a finalidade para a qual foi produzido;

II - unidade com atribuições de arquivo: deve ser indicado o número de anos em que o documento deverá permanecer na unidade com atribuições de arquivo da Câmara Municipal cumprindo prazos prescricionais ou precaucionais.

Parágrafo único. Esgotada a vigência do documento, fica autorizada a sua eliminação, desde que cumprido o prazo de guarda previsto na unidade produtora e na unidade com atribuições de arquivo da Câmara Municipal de Guaíra.



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

Art. 14. Os prazos considerados para a definição do tempo de guarda na unidade produtora ou na unidade com atribuições de arquivo da Câmara Municipal são os seguintes:

I - prazo de vigência: intervalo de tempo durante o qual o documento produz efeitos administrativos e legais plenos, cumprindo as finalidades que determinaram sua produção, permanecendo no arquivo corrente;

II - prazo de prescrição: intervalo de tempo durante o qual pode-se invocar a tutela do Poder Judiciário para fazer valer direitos eventualmente violados. O tempo de guarda dos documentos será dilatado sempre que ocorrer a interrupção ou suspensão da prescrição, em conformidade com a legislação vigente, devendo estes permanecer no arquivo intermediário;

III - prazo de precaução: intervalo de tempo durante o qual guarda-se o documento por precaução, antes de eliminá-lo ou encaminhá-lo para guarda permanente, devendo estes permanecer no arquivo intermediário;

### **CAPÍTULO V**

#### **Da Eliminação de Documentos de Guarda Temporária**

Art. 15. A eliminação de documentos da Câmara Municipal é decorrente do trabalho de avaliação documental conduzido pela Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso e deverá ser executada de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

Art. 16. Toda e qualquer eliminação de documentos públicos que não constem da Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal, será realizada mediante autorização da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso da Câmara Municipal de Guairá.

Art. 17. O registro dos documentos a serem eliminados deverá ser efetuado por meio da "Listagem de Eliminação de Documentos", conforme modelo constante do Anexo I, que faz parte integrante desta Resolução.

Art. 18. A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso da Câmara Municipal de Guairá, em decorrência da aplicação das Tabelas de Temporalidade de Documentos, fará publicar no Diário Oficial do Município o "Edital de Ciência de Eliminação de Documentos", conforme modelo constante do Anexo II, que faz parte integrante desta Resolução.

§1º O "Edital de Ciência de Eliminação de Documentos" tem por objetivo dar publicidade ao ato de eliminação de documentos, devendo conter informações sobre os documentos a serem eliminados.



# **Câmara Municipal de Guaíra**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guaíra-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

§2º O "Edital de Ciência de Eliminação de Documentos" deverá consignar um prazo de 30 (trinta) dias para possíveis manifestações ou, quando for o caso, possibilitar às partes interessadas requererem o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes.

Art. 19. O registro das informações relativas à execução da eliminação deverá ser efetuado por meio do "Termo de Eliminação de Documentos", preenchido conforme modelo constante do Anexo III, que faz parte integrante desta Resolução.

Parágrafo único. O "Termo de Eliminação de Documentos" será arquivado no Arquivo da Câmara Municipal de Guaíra para a consolidação de dados e a realização de estudos técnicos na área de gestão de documentos.

Art. 20. Dos documentos destinados à eliminação poderão ser selecionadas amostragens para guarda permanente.

Parágrafo único. Considera-se amostragem documental o fragmento representativo de um conjunto de documentos destinado à eliminação, selecionado por meio de critérios qualitativos e quantitativos.

Art. 21. A eliminação de documentos públicos sem valor para guarda permanente será efetuada por meio da fragmentação manual, mecânica, ou outro meio que houver.

### **CAPÍTULO VI**

#### **Da Guarda Permanente de Documentos**

Art. 22. São considerados documentos de guarda permanente os indicados na Tabela de Temporalidade de Documentos, que serão definitivamente preservados.

Art. 23. Os documentos de guarda permanente não poderão ser eliminados após a microfilmagem, digitalização ou qualquer outra forma de reprodução, devendo ser armazenados no Arquivo da Câmara Municipal.

§1º Os documentos de guarda permanente, ao serem transferidos para o Arquivo da Câmara Municipal deverão estar avaliados, organizados, higienizados e acondicionados, bem como acompanhados de instrumento descritivo que permita sua identificação.

§2º Os documentos de guarda permanente são inalienáveis e imprescritíveis.

### **CAPÍTULO VII**

#### **Da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso**

Art. 24. A Câmara Municipal de Guaíra instituirá a Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, grupo permanente e multidisciplinar, com as seguintes atribuições:



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

- I - orientar a identificação e avaliação de documentos, visando a elaboração, atualização e aplicação de Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos;
- II - promover estudos e orientar a identificação e classificação de documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, visando assegurar a sua proteção;
- III - colaborar no trabalho de avaliação da massa documental acumulada;
- IV - colaborar com os trabalhos de eliminação, transferência e de recolhimento de documentos;
- V - auxiliar a implementação da política de acesso à informação no âmbito da Câmara Municipal.

§1º A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso poderá propor critérios para orientar a seleção de amostragens dos documentos destinados à eliminação.

§2º À Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo da Câmara Municipal caberá o reexame, a qualquer tempo, do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **Disposições Finais**

Art. 25. A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso poderá, sempre que solicitado, dar orientação técnica na área arquivística às Unidades para elaboração e aplicação do Plano de Classificação e das Tabelas de Temporalidade de Documentos.

Art. 26. As transferências e os recolhimentos deverão obedecer aos cronogramas definidos pela própria Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso.

Art. 27. As disposições desta Resolução aplicam-se também aos documentos arquivísticos eletrônicos, nos termos da Lei.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guairá, 15 de junho de 2026.

Jorge Uatanabi do Prado  
Presidente

José Pugliesi de Oliveira Neto  
1º Secretário



# Câmara Municipal de Guairá

## Estado de São Paulo

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### ANEXO I

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS ÓRGÃO/ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – ESTADO DE SÃO PAULO UNIDADE/SETOR: ARQUIVO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA				ÓRGÃO/SETOR:  Listagem nº:  Folha nº:
CÓDIGO REFERENTE À CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO DO CÓDIGO	DATAS - LIMITE	UNIDADE DE ARQUIVAMENTO	OBSERVAÇÕES E/OU JUSTIFICATIVAS
			CAIXAS	
			CAIXAS	
			CAIXAS	
MENSURAÇÃO TOTAL: XX,XX metros lineares				
DATAS-LIMITE GERAIS: Documentos do ano de XXXX a XXXX				

LOCAL/DATA: Guairá, XX de XXXXXXXX de 20XX  
RESPONSÁVEL PELA SELEÇÃO e a QUEM COMPETE APROVAR:

Arquivo Público da Câmara Municipal de Guairá – Estado de São Paulo  
Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso- CADA  
Cargo: XXXXXXXXXX Nome: XXXXXXXXXXXX



# **Câmara Municipal de Guaiá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guaiá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **ANEXO II**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – ESTADO DE SÃO PAULO**

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

**Nº XX/20XX**

A Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso, instituída pela Portaria nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, em conformidade com os prazos definidos na Tabela de Temporalidade de Documentos da Câmara Municipal de Guaiá/SP, e de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos nº xx/20xx, faz saber a quem possa interessar que, a partir do 30º dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Oficial do Município, se não houver oposição, a Câmara Municipal de Guaiá eliminará XX,XX metros lineares dos documentos relativos a XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXXXXX, do período de XXXX a XXXX, do Arquivo Público da Câmara Municipal de Guaiá.

Os interessados poderão requerer às suas expensas, no prazo citado, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, desde que tenha respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão de Avaliação de Documentos e Arquivo.

Guaiá, XX, de XXXXXXXXX de 20XX

---

**Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA**  
**XXXXXXXXXXXX**



# **Câmara Municipal de Guairá**

## **Estado de São Paulo**

Rua 16, nº 1.245 | Bairro Maracá | Caixa Postal 9 | Guairá-SP | 14790-000  
www.camara-guaira.sp.gov.br | camaraguaira@netsite.com.br  
Fone/Fax: (17) 3331-2220

### **ANEXO III**

**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – ESTADO DE SÃO PAULO**

### **TERMO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

Aos XX dias do mês de XXXXXXXX do ano de 20XX, o Arquivo Público da Câmara Municipal de Guairá de acordo com o que consta da Listagem de Eliminação de Documentos nº XX/XXXX, aprovada pelo titular da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA e respectivo Edital de Ciência de Eliminação de Documentos nº XX/XXXX, publicado no Diário Oficial do Município em xx de xxxxxx de 20xx, PROCEDEU a eliminação de XX,XX metros lineares dos documentos relativos aos códigos de classificação dos documentos XXX, XXX e XXX, do período de XXXX a XXXX, do Arquivo Público da Câmara Municipal.

Guairá, XX de XXXXXXXX de 20XX.

Nome, assinatura e cargo do(a) responsável designado(a) para supervisionar e acompanhar a eliminação.

---

**Presidente da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA**

XXXXXX